



SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55
NIRE 29.300.016.331

DOCUMENTOS RELATIVOS A AGOE NOS TERMOS DA ICVM 481

- I. ANEXO 9-1-II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2010
- II. ITEM 10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
- III. ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
- IV. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
- V. ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
- VI. PROPOSTA DE REFORMA ESTATUTÁRIA
- VII. INFORMAÇÕES DO ANEXO 14 – AUMENTO DE CAPITAL
- VIII. Os demais documentos elencados no art. 9º da Instrução CVM 481/09, já encontram-se disponíveis nos sites da Companhia www.suzano.com.br/ri e na página da CVM www.cvm.gov.br.

ANEXO 9-1-II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2010

Em atendimento à Instrução CVM nº 481/09, a **SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.**, descreve, a seguir, as informações requeridas no Anexo 9-1-II da mencionada Instrução.

1. O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 foi de **R\$ 768.997.407,24** (lucro da controladora).
2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

A proposta da administração à AGO é de distribuir dividendo residual de R\$ 13.112.900,03, já tendo sido antecipados juros sobre capital próprio em duas ocasiões (setembro e dezembro de 2010) no montante de R\$ 207.577.647,06, o que leva o total distribuído para R\$ 220.690.547,09.

O dividendo por ação correspondente ao total distribuído (JCP mais dividendos) é: R\$ 0,50805 para as ações ordinárias, R\$ 0,55887 para as ações preferenciais “A” e R\$ 0,55887 para as ações preferenciais “B”. Para as ações emitidas em 01/12/2010 foram distribuídos dividendos “pro-rata” de R\$ 0,02990 para as ações ordinárias e de R\$ 0,03288 para as ações preferenciais classe “A”. O dividendo por ação do dividendo residual, a ser aprovado na AGO de 29 de abril de 2011, para pagamento aos acionistas 10 dias após a aprovação, é de: R\$ 0,03158 para as ações ordinárias, R\$ 0,03473 para as ações preferenciais classe “A” e “B”, e para as ações emitidas em 01/12/2010, terão dividendo “pro-rata” de R\$ 0,01446 para as ações ordinárias e R\$ 0,01591 para as ações preferenciais classe “A”.

3. O dividendo distribuído se orienta pelo mínimo obrigatório, acrescido de pequeno suplemento. O percentual sobre o lucro líquido é de 28,7%, percentual este que é maior que os 25% devido ao pagamento de juros sobre capital próprio, que requer ajustamento para que o valor líquido de imposto de renda na fonte corresponda ao dividendo mínimo obrigatório, e, ainda, ter-se decidido pequeno dividendo suplementar, afora o fato do lucro líquido ser deduzido da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, para base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Valor bruto de R\$ 13.112.900,03, sendo R\$ 0,03158 por ação ordinária, R\$ 0,03473 por ação preferencial das classes “A” e “B”, e, para ações emitidas em 01/12/2010, terão dividendo “pro-rata” de R\$ 0,01446 por ação ordinária e R\$ 0,01591 por ação preferencial da classe “A”.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Será proposto em AGO que este dividendo seja pago (creditado em conta) aos acionistas 10 dias após a realização. Os acionistas receberão o pagamento dos dividendos por meio de crédito nas contas correntes e domicílios bancários fornecidos ao Itaú-Unibanco - Instituição depositária das ações. A Companhia colocará à disposição, na data do pagamento, as importâncias relativas aos acionistas cujas ações encontram-se custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, que se encarregará de repassá-las às corretoras depositantes para que estas efetuem os créditos aos acionistas titulares.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não haverá atualização e juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Data da realização da AGO (29 de abril de 2011).

6. Declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Data de Pagamento	Dividendos/JCP	Montante Distribuído (R\$)
10/09/2010	JCP	58,8 milhões
15/03/2011	JCP	148,7 milhões
10 dias após a AGO	Dividendos	13,1 milhões

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

Data do Pagamento	Dividendos/JCP	ON (por ação)	PNA (por ação)	PNB (por ação)	Lucro Líquido (Em reais mil)
2008					
Não houve pagamento de proventos					
2009					
11/11/2009	JCP	0,10796	0,11876	0,11876	946.521(*)
10/03/2010	JCP	0,58804	0,64684	0,64684	
17/05/2010	Dividendos	0,010	0,011	0,011	
2010					
10/09/2010	JCP	0,14433	0,15877	0,15877	768.997
15/03/2011	JCP	0,36372	0,40010	0,40010	
	JCP (pro-rata)	0,02990	0,03288	- o -	
10 dias após a AGO	Dividendos	0,03158	0,03473	0,03473	
	Dividendos (pro-rata)	0,01446	0,01591	- o -	

(*) Lucro ajustado em conformidade com as normas da CVM e padrão contábil internacional (IFRS)

8. Destinação de lucros à reserva legal

a. Montante destinado à reserva legal - **R\$ 38.449.870,36**

b. Forma de cálculo da reserva legal - **5% do lucro líquido do exercício**

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

A Companhia tem dividendo prioritário para as ações preferenciais classe "B" de 6% sobre o capital dessa classe de ações. Este dividendo prioritário revelou-se inferior ao dividendo normal e, por isso, prevaleceu este último.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Não se aplica.

10. Dividendo obrigatório

a. Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto

Descrição	R\$
(a) Lucro líquido do exercício de 2010 (controladora)	768.997.407,24
Menos:	
(b) Dotação à Reserva Legal	38.449.870,36
(c) Dotação à Reserva de Incentivos Fiscais	30.067.135,50
(d) Lucro líquido ajustado, básico para o cálculo ("a" - "b" - "c")	700.480.401,38
(e) Dividendo mínimo obrigatório (25% de "e"), arredondado	175.120.100,00
(f) Adição do imposto de renda na fonte incidente sobre as duas distribuições de juros sobre o capital próprio distribuídos em agosto e em dezembro de 2010, em vista do disposto na Deliberação CVM nº 207/96, que determina que os juros sobre o capital próprio somente podem ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório por seu valor líquido do imposto de renda na fonte	31.136.000,00
(g) Dividendo mínimo obrigatório considerando os juros sobre o capital próprio por seu valor bruto ("f" mais "g")	206.256.100,00

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim

c. Informar o montante eventualmente retido

Não

11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não se aplica.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências

Não

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Alínea "d" do artigo 31 do Estatuto Social, conforme abaixo:

b. Identificar o montante destinado à reserva

Reserva Especial para Aumento de Capital

R\$ 431.810.868,86

Reserva Estatutária Especial

R\$ 47.978.985,43

c. Montante foi calculado:

Lucro Líquido, menos reserva legal, menos reserva de incentivos fiscais, menos dividendos, que resulta em R\$ 479.789.854,29, alocado na proporção de 90% para Reserva para Aumento de Capital e 10% para reserva estatutária especial

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Montante destinado à reserva

R\$ 30.067.135,50

b. Natureza da destinação

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal do imposto sobre a renda (não se estende à CSLL), consistente de redução de 75% (setenta e cinco por cento) no montante do imposto a pagar, tanto para a linha 1 de Mucuri, com base em projeto de modernização total, que findará em 2011 para celulose e 2012 para papel, quanto para a linha 2 também de Mucuri, com base em projeto de expansão, que findará em 2018.

INFORMAÇÕES DO ITEM 10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Somente serão apresentadas neste item informações e análise comparativa dos resultados do emissor relativos aos dois últimos exercícios, em decorrência da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade pela Companhia em 2009, a fim de se evitar a comparação de dados de demonstrações contábeis elaboradas com base em padrões contábeis diversos, uma vez que as informações divulgadas ao mercado devem ser completas, consistentes e não devem induzir o investidor a erro.

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações contábeis de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, assim como acesso a diferentes fontes de financiamentos para complementar seu plano de expansão.

Nos exercícios de 2010 e 2009 a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 769,0 milhões e lucro líquido recorde de R\$ 946,5 milhões. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 1.703,3 milhões e R\$ 1.160,8 milhões nos mesmos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item “10.1.b” abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 8.640,7 milhões, representando um acréscimo de 9,9%, ou R\$ 776,3 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2009. Esta variação é explicada, em sua maior parte, pela operação de conversão de debêntures em ações e também pela constituição de reservas em 2010. Em 1º de janeiro de 2009 o patrimônio líquido era de R\$ 7.174,3 milhões e sua variação em relação ao saldo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 deve-se, principalmente, a constituição de reservas. O lucro apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 foi de R\$ 769,0 milhões e R\$ 946,5 milhões e foram distribuídos juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas nos montantes de R\$ 220,7 milhões e R\$ 230,8 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 3.735,4 milhões. Na mesma data, a dívida líquida consolidada totalizava R\$ 3.421,0 milhões e o EBITDA do ano foi de R\$ 1.703,3 milhões. Ao longo do exercício de 2010, a Companhia reduziu seu endividamento líquido em R\$ 689,8 milhões. O EBITDA da Companhia apresentou incremento devido, principalmente: (i) aos sucessivos aumentos de preços de celulose, no mercado externo e interno, ocorridos ao longo de 2010; (ii) ao aumento de preços de papel no mercado externo e estabilidade de preços no mercado interno; e (iii) ao aumento das vendas no mercado interno de papel. Adicionalmente, este incremento foi reflexo da alienação de ativos no estado de Minas Gerais. A relação dívida líquida / EBITDA no encerramento do exercício de 2010 foi de 2,0x, em comparação a 3,5x no encerramento do exercício de 2009.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de captação de recursos e gestão de caixa da Companhia é orientada pelo conceito de “horizonte de liquidez”, que fornece a medida de tempo durante o qual os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional estimada em condições desfavoráveis de mercado, são capazes de suportar o pagamento de todas as obrigações contratadas para o período, incluindo todas as amortizações de principal e juros de financiamentos.

Pelo exposto, a Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia ao mesmo tempo em que dá continuidade aos seus projetos de crescimento. Para isso, contamos com os recursos existentes, a geração de caixa operacional, o acesso aos mercados de capitais e de financiamentos a custos competitivos, além de diversas alternativas que são analisadas pela Companhia sempre que necessário.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia capta recursos, quando necessário, por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro da Companhia e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de disponibilidades de caixa em nível que a Companhia acredita apropriado para o desempenho de suas atividades e planos de expansão. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item “10.1.f.” abaixo.

O financiamento de capital de giro é baseado em operações de financiamento de exportações, que oferecem custos mais baixos e prazos mais longos do que os disponíveis no mercado local e ainda permitem o casamento dos fluxos de recebimentos de exportações com os fluxos de pagamentos destes financiamentos, trazendo como vantagem adicional a proteção dos recebíveis de exportações contra o risco de variação cambial.

Para o financiamento de projetos, a Companhia contrata, preferencialmente, empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras instituições de financiamento, como Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e financiamentos externos com apoio de *Export Credit Agencies* (ECA), que oferecem condições mais vantajosas, incluindo prazos de pagamentos de juros e principal compatíveis com os fluxos de retornos dos projetos, de modo a evitar que sua implementação pressione a capacidade de pagamento da Companhia.

A Companhia possui também duas emissões de debêntures, divididas em duas séries cada uma. O montante total remanescente dessas emissões era de R\$ 624,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, conforme detalhado no item “10.1.f abaixo”.

A Companhia mantém, ainda, contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a:

- Equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Suzano-SP, Limeira-SP e Mucuri-BA. Esses contratos são denominados em Dólares e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final dos prazos de arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por preços substancialmente inferiores aos seus valores justos; e
- Equipamentos de informática e serviços de instalação. Esses contratos foram celebrados em Reais e não possuem cláusulas de opção de compra dos ativos ao final de 4 anos, sendo o ativo devolvido ao final deste período.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui alto nível de liquidez, geração de caixa consistente e amplo acesso ao mercado de capitais, conforme apontado nos itens “10.1.a.” e “10.1.b.” acima. Isto garante, como apontado no item “10.1.c.” acima, o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos de crescimento. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2010 pela Companhia para capital de giro e para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “10.1.d.” e “10.1. f.”.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

Financiamentos e Empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da Companhia, em 31 de dezembro de 2010, comparados às posições de 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 apresentavam as seguintes fontes (em milhares de Reais):

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	Indexador	Taxa média anual de juros em dez/10	Controladora			Consolidado		
			2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Imobilizado:								
BNDES - Finem	TJLP (1) (2)	8,51%	1.860.087	1.811.753	1.808.300	1.914.007	1.876.437	1.889.498
BNDES - Finem	Cesta de moedas (2)	6,36%	299.644	286.137	374.815	299.644	286.137	374.815
BNDES - Finame	TJLP (1) (2)	5,66%	7.123	9.637	10.909	7.123	9.637	10.909
BNDES - Finame	Cesta de moedas	6,96%	60	120	229	60	120	229
BNDES - Automático	TJLP (1) (2)	9,30%	2.832	4.622	6.444	2.832	4.622	6.444
BNDES - Automático	Cesta de moedas	6,96%	282	477	890	282	477	890
FNE - BNB	Taxa pré-fixada	8,50%	129.906	147.921	157.408	129.906	147.921	157.408
FINEP	TJLP	4,79%	34.679	14.599	7.636	34.679	14.599	7.636
Crédito Rural	Taxa fixa + CDI	7,65%	41.266	22.321	21.328	41.266	22.321	21.328
Arrendamento financeiro mercantil	CDI + US\$	11,60%	65.469	77.136	93.110	65.469	77.136	93.110
Capital de giro:								
Financiamentos de exportações	US\$ (3)	3,62%	1.641.907	2.192.358	3.148.259	1.725.225	2.280.195	3.148.259
Financiamentos de Importações	US\$ (4)	2,30%	203.102	258.369	404.055	287.159	346.755	522.610
Nordic Investment Bank	US\$ (5)	5,74%	74.454	87.572	118.130	74.454	87.572	118.130
Nota de crédito de exportação	CDI	10,48%	348.060	382.836	374.615	348.060	382.836	374.615
Nota de crédito de exportação	US\$	6,65%	51.547	53.867	70.110	51.547	53.867	70.110
BNDES - EXIM	TJLP (1)	7,53%	308.159	100.792	-	308.159	100.792	-
Notes due 2021	US\$ (6)	5,88%	-	-	-	1.072.490	-	-
Operações de vendor			155.593	144.979	144.129	155.593	144.979	144.129
Outros			953	743	2.111	13.604	7.905	2.134
			5.225.123	5.596.239	6.742.478	6.531.559	5.844.308	6.942.254
Parcela circulante (inclui juros a pagar)			1.194.742	1.412.981	1.834.942	1.340.127	1.432.731	1.848.071
Parcela não circulante			4.030.381	4.183.258	4.907.536	5.191.432	4.411.577	5.094.183

(1) Contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), divulgada pelo Banco Central do Brasil. O custo financeiro destas operações obedece ao regime de capitalização por juros compostos, sendo que a parcela da TJLP que exceder a 6,00% a.a. será capitalizada ao saldo devedor, e a parcela não capitalizada será acrescida de um *spread* básico (estabelecido de acordo com as Políticas Operacionais do Sistema BNDES) e de um *spread* de risco.

(2) Em 3 de fevereiro de 2006, a Companhia celebrou com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 05.2.0994.1, com saldo devedor de R\$ 1.472,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, destinado ao financiamento de parte do Projeto Mucuri. O crédito foi disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado. Em garantia ao cumprimento das obrigações deste contrato foi constituído hipoteca da unidade fabril de Mucuri e fiança da Suzano Holding S.A..

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (v) aval de acionistas e (vi) fiança bancária.

(3) Em setembro de 2009, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco WestLB AG, no valor de US\$ 50 milhões, com o objetivo de financiar as exportações. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2010.

Em relação às demais operações de financiamentos de exportações, nenhum dos contratos existentes possui cláusulas que determinem níveis máximos de endividamento ou de alavancagem. Até 31 de dezembro de 2010, todas as obrigações relativas aos financiamentos de exportações encontravam-se devidamente cumpridas.

(4) Em outubro de 2006, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto aos Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor total de US\$ 150,0 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de alavancagem. Até 31 de dezembro de 2010, todas as cláusulas determinando níveis máximos de alavancagem haviam sido cumpridas.

(5) Em novembro de 2006, a Companhia celebrou com o Nordic Investment Bank, o Contrato de Abertura de Linha de Crédito (*Credit Facility Agreement*), no valor de até US\$ 50,0 milhões, para financiar equipamentos e mão-de-obra especializada, relacionados ao Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de alavancagem. Até 31 de dezembro de 2010, todas as cláusulas determinando níveis máximos de alavancagem haviam sido cumpridas.

(6) Em setembro de 2010 a Companhia, por intermédio da sua subsidiária internacional Suzano Trading Ltd., emitiu no mercado internacional US\$ 650 milhões (equivalentes a R\$1.083 milhões em 31 de dezembro de 2010) com vencimento em 23 de janeiro de 2021 e com pagamento de juros semestrais de 5,875% a.a. (*yield to maturity* 6,125%a.a.). A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

Debêntures

Conforme mencionado no item “10.1.d.” acima, a Companhia possui duas emissões de debêntures detalhadas abaixo (em milhares de Reais):

DEBÊNTURES

Emissão	Série	Quantidade	2010			2009	01/01/2009	Indexador	Juros	Resgate
			Circulante	Não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante			
3ª	1ª	333.000	31.859	481.509	513.368	455.939	459.624	IGP-M	10% *	01/04/2014
3ª	2ª	167.000	843	91.903	92.746	96.669	130.842	USD	9,85%	07/05/2019
4ª	1ª	8.776	3.351	3.008	6.359	82.548	82.399	TJLP	2,50%	01/12/2012
4ª	2ª	17.552	6.518	5.845	12.363	164.554	164.054	TJLP	2,50%	01/12/2012
			<u>42.571</u>	<u>582.265</u>	<u>624.836</u>	<u>799.710</u>	<u>836.919</u>			

* O papel foi emitido com deságio no montante de R\$ 38.278, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação, de 8% a.a. para 10% a.a.

Debêntures da 3ª emissão

A 3ª emissão, efetuada em agosto de 2004, no valor de R\$ 500,0 milhões é composta de duas séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$ 333,0 milhões, com prazo de vencimento em 2014 e a segunda no montante de R\$ 167,0 milhões, com prazo de vencimento em 2019, ambas com pagamento em parcela única na data de vencimento de cada série. A primeira série, ofertada ao mercado local tem atualização pelo IGP-M e é acrescida de juros de 8% a.a., devidos anualmente, e foi precificada utilizando conceitos referidos na Instrução CVM nº 404, com ofertas de ágio ou deságio sobre o preço de emissão. A segunda série possui remuneração pela variação da cotação do dólar norte americano, acrescido de juros de 9,85% a.a., e foi integralmente absorvida pelo Banco Votorantim S.A..

As debêntures da 3ª emissão possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais.

Debêntures da 4ª emissão

A 4ª emissão foi efetuada em agosto de 2006, no valor de R\$ 240,0 milhões, composta de duas séries, sendo a primeira no valor de R\$ 80,0 milhões, conversível em ações ordinárias, e a segunda, no valor de R\$ 160,0 milhões, conversível em ações preferenciais “A”, emitidas para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para a base acionária à época da deliberação. Foi subscrita pelos acionistas minoritários parcela de R\$ 18,1 milhões nominais e o restante, no valor de R\$ 221,9 milhões nominais, foi subscrito pela BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”), consoante contrato de promessa de subscrição firmado com essa subsidiária do BNDES. Ambas as séries das debêntures da 4ª emissão tem vencimento final em dezembro de 2012, sendo amortizáveis em três parcelas anuais, nas datas de 1º de dezembro de 2010, 2011 e 2012. Ambas as séries são remuneradas por juros de 2,5% a.a., acrescidos da TJLP (até 6%), pagáveis semestralmente nos dias 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O percentual de TJLP excedente a 6% a.a. será capitalizado para amortização juntamente com o principal. As debêntures são conversíveis em ações, a qualquer momento a critério do titular, pelo preço de R\$ 17,30 por ação, a partir de 01/01/2007 sendo que, após o desdobramento das ações de emissão da Companhia aprovada em assembleia geral realizada em 30/04/2010, o preço de conversão passou a ser R\$ 13,84 por ação. Para as ações ordinárias resultantes da conversão, a BNDESPAR se obriga a vender e o acionista controlador da

Companhia se obriga a comprar tais ações, pelo mesmo preço de conversão mais juros calculados entre a data de conversão e o efetivo pagamento.

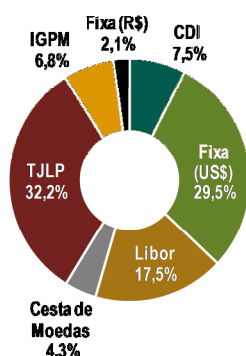
As debêntures da 4ª emissão possuem cláusulas contratuais restritivas, não financeiras, que se não cumpridas têm o efeito de tornar a dívida exigível à vista. Em 31 de dezembro de 2010, essas cláusulas contratuais haviam sido totalmente cumpridas.

Para mais informações a respeito das debêntures de emissão da Companhia, veja o item 18.5 do Formulário de Referência.

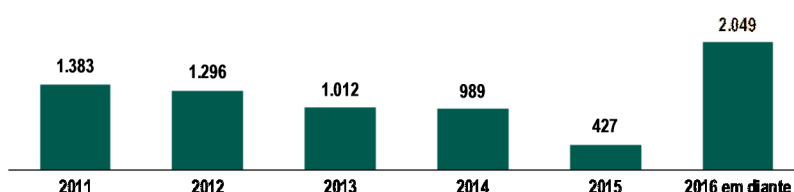
Amortizações

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de dezembro de 2010, assim como a exposição do endividamento da Companhia por indexadores são apresentados abaixo:

Exposição por Indexador 31/12/2010



Amortização (R\$ milhões)



g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2010, havia dois contratos de financiamento vigentes com saldos pendentes de desembolso e com limites de utilização. Os contratos em questão são o Contrato de Abertura de Limite de Crédito e o contrato de financiamento do Projeto Maranhão, ambos celebrados com o BNDES, conforme abaixo explanado:

Agente Financeiro	Contrato	Financiamento	Desembolsos Realizados		Saldo a Desembolsar	
			Valor	%	Valor	%
BNDES	CALC - Contrato de Abertura de Limite de Crédito	R\$ 705 milhões	R\$ 446,2 milhões	63%	R\$ 258,8 milhões	37%
BNDES	Projeto Maranhão	R\$ 2.731,6 milhões	-	-	R\$ 2.731,6 milhões	100%

Data base: 31/12/2010

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Análise Comparativa dos Resultados Consolidados – Exercícios 2010 / 2009

Receita Líquida

Em 2010, a receita líquida alcançou recorde de R\$ 4.513,9 milhões, 14,2% superior àquela registrada em 2009. Neste período, alcançamos volume de vendas de celulose de 1,6 milhão de toneladas, redução de 9,7% em comparação ao exercício anterior, em função da venda em 2009 de estoques acumulado ao longo de 2008, reflexo da crise internacional, e de 1,2 milhão de toneladas de papel, aumento de 3,6% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo crescimento da economia brasileira.

A participação das vendas de papel e celulose para o mercado externo na nossa receita líquida total foi de 57,6% ou R\$ 2,6 bilhões em comparação à participação de 58,1% registrada em 2009.

A receita proveniente das vendas de celulose alcançou 44,7% da receita total de 2010, comparado a 40,7% em 2009, reflexo da recuperação dos preços da celulose ao longo de 2010.

O preço líquido médio de venda de celulose atingiu US\$ 713,4 / tonelada em 2010, 57,8% superior ao valor registrado em 2009, devido à recuperação de preços ocorrida ao longo de 2010, principalmente em função da restrição da oferta mundial o que resultou na melhora acentuada dos preços lista internacionais. Em Reais, o preço líquido médio foi de R\$ 1.256,1 / tonelada, 39,0% superior ao praticado em 2009, afetado, em parte, pela apreciação da moeda nacional de 11,9% no ano (câmbio médio). O preço líquido médio de venda de papel em Reais foi de R\$ 2.158,4 / tonelada, incremento de 2,7% em comparação a 2009. O preço líquido médio total (papel e celulose) em 2010 foi de R\$ 1.633,7 por tonelada, aumento de 19,7% em relação a 2009.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2010 foi de R\$ 3.148,5 milhões, 2,3% superior ao registrado em 2009. Este incremento deveu-se, principalmente, ao aumento de preços dos principais insumos, tais como óleo combustível, soda cáustica e clorato de sódio, e ao aumento da participação de madeira de terceiros na matriz de abastecimento de 2010. O CPV unitário em 2010 ficou em R\$ 1.139,5 / tonelada em comparação a R\$ 1.063,3 / tonelada, aumento de 7,2% em relação ao ano anterior, reflexo da maior participação da celulose no *mix* de vendas em 2009.

Despesas Administrativas, com Vendas e Outras Despesas / Receitas Operacionais

As despesas administrativas totalizaram R\$ 288,5 milhões em 2010 em comparação aos R\$ 230,8 milhões de 2009. O incremento ocorreu, principalmente, em função de constituição de provisões para contingências trabalhistas e cíveis não recorrentes, no valor de R\$ 30,4 milhões, dos quais R\$ 29,3 milhões referem-se ao processo trabalhista iniciado em 1997, além de gastos com serviços de terceiros, como consultoria e assessoria, reflexo dos novos projetos e dos planos de ação que haviam sido adiados em virtude da contenção geral de gastos em 2009 durante a crise financeira internacional.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 228,0 milhões em 2010 em relação aos R\$ 158,5 milhões de 2009. O incremento ocorreu, principalmente, em função da constituição de provisão para devedores duvidosos não recorrente, no montante de R\$ 22,7 milhões referente às atualizações de provisões de exercícios passados, além de aumentos de gastos com logística, pessoal e com serviços de terceiros.

As outras receitas operacionais em 2010 somaram R\$ 302,5 milhões, impactadas positiva e principalmente por item não recorrente no valor líquido de R\$ 263,0 milhões decorrente da alienação de ativos no estado de Minas Gerais ocorrida em 2010 em comparação à receita de R\$ 155,4 milhões em 2009.

EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 1.703,3 milhões em 2010, 46,7% superior ao registrado em 2009. Esta variação deveu-se, principalmente: (i) à alienação de ativos mencionada acima; (ii) aos sucessivos aumentos de preços de celulose, no mercado externo e interno, ocorridos ao longo de 2010; (iii) ao aumento de preços de papel no mercado externo e estabilidade de preços no mercado interno; (iv) ao aumento das vendas no mercado interno de papel; e (v) ao impacto negativo de itens não recorrentes, no valor de R\$ 79,2 milhões, referentes à provisões trabalhistas, ajustes de estoques e PDD. A margem EBITDA em 2010 alcançou 37,7%, 8,4 p.p. acima daquela verificada em 2009.

Lucro (Prejuízo) Líquido

O lucro líquido alcançou o montante de R\$ 769,0 milhões em 2010 em comparação ao lucro de R\$ 946,5 milhões no ano anterior, reflexo do incremento da despesa financeira líquida e do resultado contábil das variações monetárias e cambiais líquidas impactados pela apreciação do Real.

Em 2010, o ganho líquido com variações cambiais e monetárias atingiu o montante de R\$ 48,0 milhões em comparação a um ganho líquido de R\$ 893,1 milhões em 2009. O resultado de variações monetárias e cambiais decorre do impacto destas variações sobre a parcela da dívida denominada em Dólares, devido à apreciação de 4,3% do Real frente ao Dólar em 2010 e de 25,5% em 2009, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos.

Dívida

Em 31/12/2010, nossa dívida bruta com os efeitos da adoção do IFRS, incluindo debêntures, era de R\$ 7.156,4 milhões, comparada a R\$ 6.644,0 milhões em 31/12/2009, o que representa aumento de R\$ 512,3 milhões no ano.

A dívida em moeda estrangeira totalizou R\$ 3.605,5 milhões em 31/12/2010, enquanto o montante denominado em Reais foi de R\$ 3.550,8 milhões, ambas incluindo encargos e arrendamento financeiro mercantil. A dívida bruta, em 31/12/2010, era composta por 80,7% de vencimentos no longo prazo e 19,3% no curto.

As disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo foram mantidas em nível elevado ao longo do ano, e o exercício de 2010 foi encerrado com saldo de R\$ 3,7 bilhões, comparado a R\$ 2,5 bilhões em 2009.

Em 31/12/2010, a dívida líquida consolidada era de R\$ 3.421,0 milhões e o EBITDA dos últimos doze meses de R\$ 1.703,3 milhões. Dessa forma, a relação dívida líquida / EBITDA foi de 2,0x, comparada a 3,5x, registrada no final de 2009.

A redução do endividamento deveu-se à fatores como: (i) a conversão da 4ª emissão de debêntures no total de R\$ 218,5 milhões; e (ii) ao impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em Dólares, em função da apreciação do Real (4,3%) no ano de 2010, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos. Adicionalmente, o índice de endividamento apresentou melhora em função de um aumento de 46,7% no montante do EBITDA de 2010, em comparação ao ano anterior.

Investimentos

Em 2010, nossos investimentos somaram R\$ 603,1 milhões, 8,4% abaixo do valor investido em 2009. Os investimentos na manutenção da atual capacidade totalizaram R\$ 330,3 milhões, sendo R\$ 97,9 milhões na área industrial e R\$ 232,5 milhões na área florestal. Foram investidos R\$ 260,0 milhões nos projetos de expansão no Maranhão e Piauí e R\$ 12,7 milhões em outros investimentos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - em 31/12/2010 e 31/12/2009 CONSOLIDADO - EM MILHARES DE REAIS

	2010	2009	2010 x 2009
RESULTADO			
Receita bruta das vendas	5.123.253	4.466.022	14,7%
Deduções de vendas	(609.370)	(513.276)	18,7%
Receita líquida das vendas	4.513.883	3.952.746	14,2%
Custo dos produtos vendidos	(3.148.502)	(3.079.210)	2,3%
Lucro bruto	1.365.381	873.536	56,3%
Receitas (despesas) operacionais	(213.936)	(233.915)	-8,5%
Despesas com vendas	(227.993)	(158.489)	43,9%
Despesas administrativas	(288.473)	(230.779)	25,0%
Outras receitas operacionais	302.530	155.353	94,7%
Lucro operacional	1.151.445	639.621	80,0%
Resultado Financeiro Líquido	(252.378)	696.400	N/A
Despesas financeiras	(549.088)	(516.991)	6,2%
Receitas financeiras	248.715	320.335	-22,4%
Variações monetárias e cambiais líquidas	47.995	893.056	-94,6%
Lucro antes de IR e contrib. social	899.067	1.336.021	-32,7%
Imposto de renda e contribuição social	(130.071)	(389.500)	-66,6%
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	768.997	946.521	-18,8%

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais Consolidados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 / 2009

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 5.423,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 4.230,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um aumento de 28,2%. A participação do ativo circulante, em 31 de dezembro de 2010, representava 28,7% do total do ativo, em comparação a 24,0% em 31 de dezembro de 2009.

Esse aumento ocorreu principalmente em virtude da variação de 47,5%, ou R\$ 1.202,2 milhões, na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, em função da venda de terras e florestas, recebimentos pela liquidação de operações com derivativos, captação de empréstimos e redução da conta de tributos a compensar, relacionado ao uso de compensações de impostos federais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ativo Não Circulante - Realizável a longo prazo

O ativo não circulante – realizável a longo prazo era de R\$ 2.381,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 2.246,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 6,0%, ou R\$ 134,9 milhões. Não houve variação significativa em relação a 31 de dezembro de 2009.

Permanente

O permanente era de R\$ 11.108,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 11.138,5 milhões registrado em 31 de dezembro de 2009. A participação do permanente passou para 58,7% do total do ativo em 31 de dezembro de 2010, em comparação a 63,2% em 31 de dezembro de 2009.

Esta redução ocorreu principalmente em função da variação no imobilizado, líquido de depreciação, durante o exercício de 2010 no valor de R\$ 166,0 milhões, compensado por um aumento de R\$ 135,9 milhões de ágio pela compra da empresa FuturaGene Ltd. ("FuturaGene").

Passivo Circulante

O passivo circulante era de R\$ 2.075,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 2.258,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de 8,1%, ou R\$ 183,5 milhões. A participação do passivo circulante passou para 11,0% do total do passivo em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um percentual de 12,8% em 31 de dezembro de 2009.

Esta redução ocorreu principalmente em virtude do decréscimo de 10,6% ou R\$ 163,8 milhões no saldo das contas de financiamentos e de debêntures, relacionado às amortizações do período e variações monetárias e cambiais sobre dívidas denominadas em Dólares, compensadas pelas transferências de parcelas de longo prazo para o curto prazo.

Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo

O passivo não circulante – exigível a longo prazo era de R\$ 8.197,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 7.492,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um aumento de 9,4% ou R\$ 705,2 milhões. A participação do passivo não circulante passou para 43,3% do total do passivo em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um percentual de 42,5% observado em 31 de dezembro de 2009.

Este aumento deveu-se fundamentalmente ao acréscimo de 13,3% ou R\$ 676,2 milhões nas contas de financiamentos e de debêntures, devido principalmente às novas captações no ano de 2010, compensadas pelas transferências de parcelas de longo prazo para o curto prazo.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 8.640,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 7.864,4 milhões verificado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 9,9% ou R\$ 776,3 milhões. A participação do patrimônio líquido passou para 45,7% do total do passivo em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um percentual de 44,6% observado em 31 de dezembro de 2009.

Esse acréscimo deveu-se principalmente a: (i) aumento de capital por meio de conversão de debêntures em ações no montante de R\$ 218,5 milhões; e (ii) constituição de reservas de capital e de lucros no montante de R\$ 147,4 milhões no ano de 2010.

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais Consolidados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 / 1º de janeiro de 2009

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 4.230,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um saldo de R\$ 4.416,0 milhões em 1º de janeiro de 2009, o que representou uma redução de 4,2% no ativo circulante. A participação do ativo circulante em 31 de dezembro de 2009 representava 24,0% do total do ativo, em comparação a 25,1% registrada em 1º de janeiro de 2009.

Essa redução ocorreu principalmente em virtude das seguintes alterações: (i) decréscimo de 18,0% ou R\$ 168,0 milhões, na rubrica de contas a receber de clientes; (ii) decréscimo de 33,8% ou R\$ 122,2 milhões na rubrica de tributos a compensar, devido à compensação com impostos federais apurados no exercício; e (iii) redução de 30,1% ou R\$ 265,6 milhões na conta de estoques, devido à venda em 2009 de estoques acumulados ao longo de 2008 reflexo da crise internacional, sendo R\$ 159,3 milhões de celulose, R\$ 71,8 milhões de papel e R\$ 34,5 milhões de outros estoques.

Ativo Não Circulante - Realizável a longo prazo

O ativo não circulante – realizável a longo prazo era de R\$ 2.246,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 e de R\$ 1.897,2 milhões em 1º de janeiro de 2009, representando um aumento de 18,4% no ativo não circulante ou R\$ 349,2 milhões. A participação do ativo não circulante – realizável a longo prazo passou para 12,8% do total do ativo em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um percentual de 10,8% verificado em 1º de janeiro de 2009.

Permanente

O permanente era de R\$ 11.138,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um saldo de R\$ 11.289,4 milhões registrado em 1º de janeiro de 2009, o que representou uma redução de 1,3% no ativo permanente ou R\$ 150,9 milhões. A participação do permanente passou para 63,2% do total do ativo em 31 de dezembro de 2009, em comparação a 64,1% verificado em 1º de janeiro de 2009.

Passivo Circulante

O passivo circulante era de R\$ 2.258,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um saldo de R\$ 2.477,8 milhões em 1º de janeiro de 2009, representando uma redução de 8,8% no passivo circulante ou R\$ 219,0 milhões. A participação do passivo circulante passou para 12,8% do total do passivo em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um percentual de 14,1%, em 1º de janeiro de 2009.

Esta redução ocorreu principalmente em virtude da queda de 17,8%, ou R\$ 334,5 milhões no saldo das contas de financiamentos e debêntures, devido às amortizações e variações monetárias e cambiais sobre dívidas denominadas em Dólares, compensadas pelas transferências de parcelas de longo prazo para o curto prazo.

Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo

O passivo não circulante – exigível a longo prazo era de R\$ 7.492,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um saldo de R\$ 7.950,6 milhões registrado em 1º de janeiro de 2009, o que representou uma redução de 5,8% no passivo não circulante ou R\$ 458,2 milhões. A participação do passivo não circulante passou para 42,5% do

total do passivo em 31 de dezembro de 2009, em comparação ao percentual de 45,2% observado em 1º de janeiro de 2009.

Esta redução deveu-se fundamentalmente ao decréscimo de 13,6% ou R\$ 800,7 milhões nas contas de financiamentos e de debêntures, devido às transferências de parcelas de longo prazo para o curto prazo e às variações monetárias e cambiais sobre dívidas denominadas em Dólares, compensadas por novas captações no ano de 2009.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 7.864,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um saldo de R\$ 7.174,3 milhões em 1º de janeiro de 2009, representando um aumento de 9,6% no patrimônio líquido ou R\$ 690,1 milhões. A participação do patrimônio líquido passou para 44,6% do total do passivo em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um percentual de 40,8% observado em 1º de janeiro de 2009.

Esse aumento deveu-se principalmente à constituição de reservas de capital e de lucros no exercício de 2009 no montante de R\$ 699,2 milhões.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhões de Reais)

Ativo	Consolidado									
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009		Variações			
		%		%		%	31/dez/10 x 31/dez/09	31/dez/09 x 1ºJan/09		
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3.735,4	19,8%	2.533,3	14,4%	2.176,3	12,4%	1.202,2	47,5%	357,0	16,4%
Contas a receber de clientes	792,1	4,2%	766,2	4,3%	934,2	5,3%	25,9	3,4%	(168,0)	-18,0%
Estoques	658,8	3,5%	615,9	3,5%	881,6	5,0%	42,9	7,0%	(265,6)	-30,1%
Tributos a recuperar	171,7	0,9%	238,8	1,4%	361,0	2,1%	(67,1)	-28,1%	(122,2)	-33,8%
Despesas antecipadas	5,8	0,0%	5,3	0,0%	4,5	0,0%	0,5	8,6%	0,8	18,0%
Ganhos em operações com derivativos	15,8	0,1%	13,0	0,1%	16,9	0,1%	2,8	21,6%	(4,0)	-23,5%
Créditos a receber de precatório indenizatório	6,3	0,0%	6,2	0,0%	0,0	0,0%	0,1	1,9%	6,2	100,0%
Créditos a receber de imóveis e florestas	10,2	0,1%	10,8	0,1%	0,7	0,0%	(0,6)	-5,4%	10,1	1451,9%
Outras contas a receber	27,7	0,1%	41,2	0,2%	40,8	0,2%	(13,5)	-32,7%	0,4	1,0%
Total do ativo circulante	5.423,8	28,7%	4.230,7	24,0%	4.416,0	25,1%	1.193,2	28,2%	(185,3)	-4,2%
Não circulante										
Ativo realizável a longo prazo										
Ativos biológicos	1.811,1	9,6%	1.588,9	9,0%	1.297,3	7,4%	222,1	14,0%	291,6	22,5%
Impostos e contribuições sociais a compensar	96,1	0,5%	110,4	0,6%	152,4	0,9%	(14,3)	-13,0%	(42,0)	-27,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26,9	0,1%	11,4	0,1%	73,0	0,4%	15,6	137,3%	(61,7)	100,0%
Ganhos em operações com derivativos	11,5	0,1%	15,1	0,1%	14,4	0,1%	(3,6)	-23,7%	0,6	4,4%
Créditos a receber de precatório indenizatório	50,2	0,3%	55,5	0,3%	0,0	0,0%	(5,2)	-9,4%	55,5	100,0%
Adiantamento a fornecedores	257,8	1,4%	243,5	1,4%	215,6	1,2%	14,3	5,9%	27,8	12,9%
Depósitos judiciais	40,7	0,2%	65,0	0,4%	92,4	0,5%	(24,3)	-37,4%	(27,4)	-29,7%
Outras contas a receber	86,9	0,5%	156,7	0,9%	52,0	0,3%	(69,8)	-44,5%	104,7	201,3%
	2.381,3	12,6%	2.246,4	12,8%	1.897,2	10,8%	134,9	6,0%	349,2	18,4%
Ativo permanente										
Imobilizado	10.938,5	57,8%	11.104,5	63,0%	11.255,4	63,9%	(166,0)	-1,5%	(150,9)	-1,3%
Intangível	169,9	0,9%	34,1	0,2%	34,0	0,2%	135,9	399,0%	0,0	0,0%
	11.108,4	58,7%	11.138,5	63,2%	11.289,4	64,1%	(30,1)	-0,3%	(150,9)	-1,3%
Total do ativo não circulante	13.489,7	71,3%	13.384,9	76,0%	13.186,7	74,9%	104,8	0,8%	198,2	1,5%
Total do ativo	18.913,5	100,0%	17.615,6	100,0%	17.602,7	100,0%	1.298,0	7,4%	12,9	0,1%

Passivo	Consolidado									
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009		Variações			
		%		%		%	31/dez/10 x 31/dez/09	31/dez/09 x 1ºJan/09		
Circulante										
Fornecedores	277,1	1,5%	268,1	1,5%	277,3	1,6%	9,1	3,4%	(9,3)	-3,3%
Financiamentos e empréstimos	1.340,1	7,1%	1.432,7	8,1%	1.848,1	10,5%	(92,6)	-6,5%	(415,3)	-22,5%
Debêntures	42,6	0,2%	113,7	0,6%	32,9	0,2%	(71,2)	-62,6%	80,9	246,1%
Perdas em operações com derivativos	37,4	0,2%	51,7	0,3%	151,0	0,9%	(14,3)	-27,6%	(99,4)	-65,8%
Impostos a pagar	41,4	0,2%	42,9	0,2%	36,8	0,2%	(1,6)	-3,6%	6,1	16,6%
Remunerações e encargos a pagar	71,1	0,4%	70,8	0,4%	72,2	0,4%	0,3	0,5%	(1,4)	-2,0%
Débitos a pagar para partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,5	0,0%	-	0,0%	(0,5)	-100,0%
Dívidas com compra de terras e reflorestamento	65,4	0,3%	61,3	0,3%	0,0	0,0%	4,1	6,7%	61,3	100,0%
Contas a pagar	68,3	0,4%	48,1	0,3%	54,8	0,3%	20,3	42,1%	(6,7)	-12,3%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	129,0	0,7%	167,5	1,0%	0,5	0,0%	(38,5)	-23,0%	167,0	35542,3%
Imposto de renda e contribuição social	2,8	0,0%	2,0	0,0%	3,6	0,0%	0,8	41,2%	(1,6)	100,0%
Total do passivo circulante	2.075,2	11,0%	2.258,8	12,8%	2.477,8	14,1%	(183,5)	-8,1%	(219,0)	-8,8%
Não circulante										
Passivo exigível a longo prazo										
Financiamentos e empréstimos	5.191,4	27,4%	4.411,6	25,0%	5.094,2	28,9%	779,9	17,7%	(682,6)	-13,4%
Debêntures	582,3	3,1%	686,0	3,9%	804,1	4,6%	(103,7)	-15,1%	(118,1)	-14,7%
Perdas em operações com derivativos	29,9	0,2%	25,7	0,1%	54,4	0,3%	4,2	16,2%	(28,7)	-52,7%
Dívidas com compra de terras e reflorestamento	111,4	0,6%	164,6	0,9%	0,0	0,0%	(53,1)	-32,3%	164,6	100,0%
Contas a pagar	10,4	0,1%	7,6	0,0%	3,3	0,0%	2,8	36,6%	4,3	128,1%
Provisão para contingências	182,4	1,0%	119,2	0,7%	153,9	0,9%	63,2	53,0%	(34,6)	-22,5%
Provisão para passivos atuariais	162,7	0,9%	187,5	1,1%	128,5	0,7%	(24,8)	-13,2%	59,0	45,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.909,4	10,1%	1.877,4	10,7%	1.708,8	9,7%	31,9	1,7%	168,7	9,9%
Plano de remuneração baseado em ações	17,7	0,1%	12,9	0,1%	3,6	0,0%	4,9	38,1%	9,3	258,8%
Total do passivo não circulante	8.197,6	43,3%	7.492,4	42,5%	7.950,6	45,2%	705,2	9,4%	-458,2	-5,8%
Patrimônio Líquido										
Capital social	2.685,2	14,2%	2.054,4	11,7%	2.054,4	11,7%	630,8	30,7%	-	0,0%
Reservas de capital e de lucros	2.505,5	13,2%	2.358,1	13,4%	1.659,0	9,4%	147,4	6,3%	699,2	42,1%
Ajustes de avaliação patrimonial	3.449,9	18,2%	3.451,8	19,6%	3.460,9	19,7%	(1,9)	-0,1%	(9,1)	-0,3%
Total do patrimônio líquido	8.640,7	45,7%	7.864,4	44,6%	7.174,3	40,8%	776,3	9,9%	690,1	9,6%
Total do Passivo	18.913,5	100,0%	17.615,6	100,0%	17.602,7	100,0%	1.298,0	7,4%	12,9	0,1%

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia é uma empresa de base florestal posicionada como a segunda maior produtora global de celulose de eucalipto e uma das dez maiores de celulose de mercado, além de líder regional no mercado de papel. Dessa forma, o resultado da Companhia é oriundo, basicamente, da atuação em dois mercados distintos: celulose de mercado, vendida para empresas localizadas em 31 diferentes países, e papel, vendido para 86 países, cujo portfólio inclui quatro linhas de produtos: não revestidos, *cut size* ou papéis para escritório, revestidos e papelcartão. Juntas, elas utilizam cerca de 30 marcas, algumas das quais consagradas no mercado, como Report®, TpPremium®, Paperfect®, Alta Alvura®, Reciclato®, Pólen® e Supremo®.

Os principais fatores operacionais que compõem e afetam materialmente os resultados da Companhia são: nível de vendas (volume e receita por produto), destino das vendas (*mix* entre mercado nacional e diferentes regiões de exportação), participação de mercado e preços. Demais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, são comentados no item “10.2.b” a seguir.

Vendas de Celulose

Nos exercícios sociais encerrados em 2008, 2009 e 2010, as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 37,9%, 40,7% e 44,7% da sua receita operacional líquida total. O volume de exportações representou 82,5%, 85,3% e 81,5% do volume total vendido de celulose nesses mesmos anos, tendo alcançado 1,3 milhão de toneladas em 2010, volume 13,8% inferior a 1,5 milhão de toneladas registradas em 2009 e 20,3% superior a 1,1 milhão de toneladas registradas em 2008.

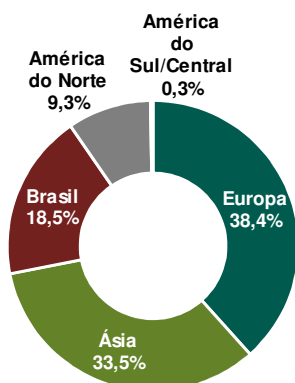
Em 2010, buscou-se maior equilíbrio no *mix* de segmentos de papel atendidos pelas vendas de celulose de mercado da Companhia. As vendas para o segmento de imprimir e escrever diminuíram 5 p.p., chegando a 36% das vendas totais, mantendo-se como o principal segmento atendido pela Companhia. O segmento de *tissue*, ou papéis sanitários, aumentou sua participação em 4 p.p., alcançando 32% das vendas totais, sendo o segundo principal mercado, seguido por especialidades (25%) e outros (7%), que juntos aumentaram sua representatividade em 1 p.p. e contemplam uma grande participação do segmento de embalagens de papelcartão.

Vendas Totais de Celulose	Exercício social encerrado		
	em 31 de dezembro de		
(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)	2008	2009	2010
<hr/>			
<u>Vendas da Companhia</u>			
Volume de vendas no mercado interno	231.587	260.825	297.076
Volume de vendas no mercado externo	1.088.746	1.519.379	1.309.744
Volume total de vendas	1.320.333	1.780.204	1.606.820
<u>Receita Operacional Líquida da Companhia</u> (em R\$ milhares)			
Vendas no mercado interno	262.317	231.758	354.836
Vendas no mercado externo	1.276.531	1.377.116	1.663.457
Receita operacional líquida total	1.538.847	1.608.874	2.018.293
<hr/>			

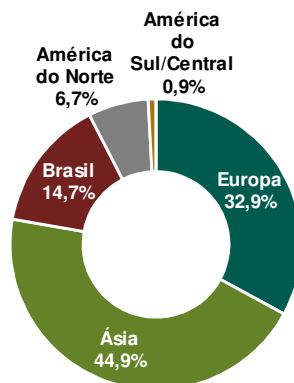
Destino das Vendas de Celulose

A demanda estável no mercado europeu ao longo de 2010 resultou na maior participação desse mercado no nosso mix de vendas, com 38,4% do total das vendas, seguida pela Ásia (33,5%), Brasil (18,5%), América do Norte (9,3%) e América do Sul/Central (0,3%).

Destino de vendas de celulose - 2010



Destino de vendas de celulose - 2009



Vendas de Papel

A Companhia vende seus produtos de papel no Brasil (55,6% em 2010) e no exterior (44,4% em 2010). Aproximadamente 32,1% dos papéis da Companhia são usados por convertedores, que os adquirem como insumo para seus produtos finais. Os mercados que a Companhia procura atender são grandes e muito competitivos. A Companhia tem mantido sua participação de mercado não obstante a concorrência crescente, ao mesmo tempo em que abre novos mercados e concentra seus esforços no segmento de maior valor agregado do mercado de papel para imprimir e escrever e papelcartão. Embora os preços sejam importantes nesses mercados, a Companhia entende que clientes com maior nível de exigência dão preferência aos papéis da Companhia, devido ao valor e à qualidade que os papéis da Companhia conferem aos seus produtos finais. Isto ocorre em todos os segmentos, desde cadernos e materiais não promocionais, até segmentos mais sofisticados, como, por exemplo, materiais promocionais, embalagens para alimentos, embalagens de alta qualidade e livros de arte.

Nos exercícios sociais encerrados em 2008, 2009 e 2010, as vendas de papéis da Companhia representaram, respectivamente, 62,1%, 59,3% e 55,3% da sua receita operacional líquida total.

Papel para Imprimir e Escrever

Em 2008, 2009 e 2010, respectivamente, a Companhia vendeu 914,2 mil, 872,0 mil e 904,5 mil toneladas de papel para imprimir e escrever, incluindo 776,7 mil, 757,4 mil e 770,4 mil toneladas de papel não revestido e 137,5 mil, 114,6 mil e 134,1 mil toneladas de papel revestido.

Em 2008, 2009 e 2010, de acordo com a Bracelpa, a Companhia detinha, respectivamente, participações (i) nas vendas dos Fabricantes Brasileiros para o mercado internos, de 30,7%, 29,3% e 29,9%, nos mercados de papel para imprimir e escrever não revestido e 40,8%, 38,1% e 43,3%, nos mercados de papel para imprimir e escrever revestido; e (ii) nas exportações brasileiras, de 45,5%, 43,2% e 39,5%, nos mercados de papel para imprimir e escrever não revestido e de 70,0%, 60,5% e 63,5%, nos mercados de papel para imprimir e escrever revestido.

As tabelas a seguir contêm as vendas domésticas de papéis da Companhia e exportações desses produtos, bem como informações relativas à suas participações em tais mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010:

Vendas Totais de Papel para Imprimir e Escrever Não Revestido <i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2009	2010
Vendas da Companhia			
Volume de vendas no mercado interno	377.458	351.565	364.403
Volume de vendas no mercado externo	399.276	405.831	405.984
Volume total de vendas	776.734	757.396	770.387
Vendas dos Fabricantes Brasileiros			
Volume de vendas no mercado interno	1.227.726	1.200.831	1.220.204
Volume de vendas no mercado externo	764.586	939.640	1.028.339
Volume total de vendas	1.992.312	2.140.471	2.248.543
Participação da Companhia nas Vendas dos Fabricantes Brasileiros			
% em relação às vendas no mercado interno	30,7%	29,3%	29,9%
% em relação às vendas no mercado externo	45,5%	43,2%	39,5%
% em relação às vendas totais	39,0%	35,4%	34,3%
Mercado Brasileiro			
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	1.227.726	1.200.831	1.220.204
Volume de importados	73.897	108.987	126.476
Volume total do Mercado Brasileiro	1.301.623	1.309.818	1.346.680
Receita Operacional Líquida da Companhia (em R\$ milhares)			
Vendas no mercado interno	887.286	825.155	830.684
Vendas no mercado externo	753.330	739.012	738.848
Receita operacional líquida total	1.640.616	1.564.167	1.569.532

Fonte: Bracelpa e Companhia

Vendas Totais de Papel para Imprimir e Escrever Revestido <i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2009	2010
Vendas da Companhia			
Volume de vendas no mercado interno	119.450	97.946	118.715
Volume de vendas no mercado externo	18.021	16.670	15.400
Volume total de vendas	137.471	114.616	134.115
Vendas dos Fabricantes Brasileiros			
Volume de vendas no mercado interno	292.734	257.279	273.894
Volume de vendas no mercado externo	25.746	27.565	24.250
Volume total de vendas	318.480	284.844	298.144
Participação da Companhia nas Vendas dos Fabricantes Brasileiros			
% em relação às vendas no mercado interno	40,8%	38,1%	43,3%
% em relação às vendas no mercado externo	70,0%	60,5%	63,5%
% em relação às vendas totais	43,2%	40,2%	45,0%
Mercado Brasileiro			
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	292.734	257.279	273.894
Volume de importados	232.657	229.104	358.317
Volume total do Mercado Brasileiro	525.391	486.383	632.211
Receita Operacional Líquida da Companhia (em R\$ milhares)			
Vendas no mercado interno	283.083	242.773	293.766

Vendas no mercado externo	37.407	27.544	31.497
Receita operacional líquida total	320.490	270.317	325.263

Fonte: Bracelpa e Companhia.

Papelcartão

Em 2008, 2009 e 2010, respectivamente, a Companhia vendeu 247,4 mil, 243,7 mil e 251,7 mil toneladas de papelcartão, das quais 160,9 mil, 141,8 mil e 159,8 mil toneladas foram vendidas no mercado doméstico e 86,5 mil, 101,9 mil e 91,9 mil toneladas foram exportadas.

Neste segmento, de acordo com a Bracelpa, a participação da Companhia nas vendas dos Fabricantes Brasileiros foi de 27,7% em 2010. Adicionalmente, suas exportações de papelcartão representaram 43,1% do volume total exportado pelo Brasil em 2010.

A tabela a seguir contém as vendas domésticas e exportações de papelcartão da Companhia, bem como informações sobre suas participações nestes mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010:

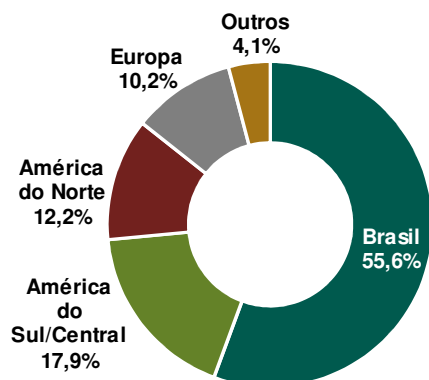
Vendas Totais de Papelcartão <i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2009	2010
<u>Vendas da Companhia</u>			
Volume de vendas no mercado interno	160.899	141.808	159.775
Volume de vendas no mercado externo	86.549	101.877	91.934
Volume total de vendas	247.448	243.685	251.709
<u>Vendas dos Fabricantes Brasileiros</u>			
Volume de vendas no mercado interno	508.398	506.272	575.941
Volume de vendas no mercado externo	213.083	249.450	213.112
Volume total de vendas	721.481	755.722	789.053
<u>Participação da Companhia nas Vendas dos Fabricantes Brasileiros</u>			
% em relação às vendas no mercado interno	31,7%	28,0%	27,7%
% em relação às vendas no mercado externo	40,6%	40,8%	43,1%
% em relação às vendas totais	34,3%	32,2%	31,9%
<u>Mercado Brasileiro</u>			
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	508.398	506.272	575.941
Volume de importados	44.898	31.418	33.712
Volume total do Mercado Brasileiro	553.296	537.690	609.653
<u>Receita Operacional Líquida da Companhia (em R\$ milhares)</u>			
Vendas no mercado interno	416.941	357.745	435.520
Vendas no mercado externo	146.702	151.586	162.275
Receita operacional líquida total	563.643	509.331	600.795

Fonte: Bracelpa e Companhia

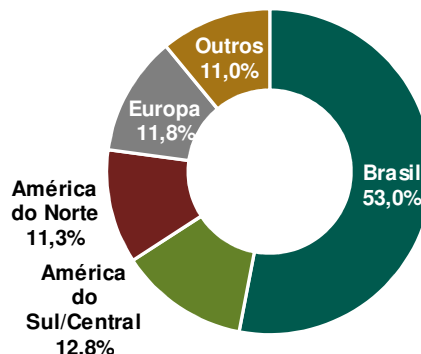
Destino das Vendas de Papel

Com a recuperação da demanda doméstica por papel, a participação do mercado interno no *mix* de vendas da Companhia foi maior em 2010. O volume vendido no mercado doméstico alcançou 642,9 mil toneladas em 2010, comparado a 591,3 mil toneladas em 2009 e 657,8 mil toneladas em 2008, representando aumento de 8,7% e queda de 2,3%, respectivamente. Os volumes de exportação atingiram 513,3 mil toneladas em 2010, em comparação a 524,4 mil toneladas em 2009 e 503,8 mil toneladas em 2008, representando uma queda de 2,1% e aumento de 1,9%, respectivamente, em relação a 2009 e 2008. As regiões para as quais a Companhia destinou suas vendas de papel estão apresentadas nos gráficos abaixo:

Destino de vendas de papel - 2010



Destino de vendas de papel - 2009



Preços

Celulose

O preço médio líquido de venda de celulose no mercado internacional foi de US\$ 721,3 / tonelada em 2010, comparado a US\$ 453,4 / tonelada em 2009 e US\$ 638,7 / tonelada em 2008. O aumento de 59,1% em relação a 2009 devido à recuperação de preços ocorrida ao longo de 2010, principalmente em função da restrição da oferta mundial o que resultou na melhora acentuada dos preços lista internacionais. O preço líquido médio total de celulose (considerando mercado interno e mercado externo) em Reais foi de R\$ 1.256,1 / tonelada, 39,0% e 7,8% superior ao praticado em 2009 e 2008, respectivamente, influenciado, em parte, pela valorização da moeda nacional em 11,9% em 2010 (câmbio médio).

Papel

O preço líquido médio de venda de papel em Reais foi de R\$ 2.158,4 / tonelada em 2010, apresentando um aumento de 2,7%, em comparação ao ano de 2009 e queda de 0,7% em comparação ao ano de 2008. No mercado interno o preço líquido médio de papel foi de R\$ 2.426,5 / tonelada, aumento de 0,6% comparado aos dos anos de 2009 e 2008. O preço líquido médio no mercado externo atingiu US\$ 1.035,2 / tonelada, 18,2% acima de 2009. Em Reais, o aumento do preço líquido médio foi influenciado pela valorização do Real em relação ao Dólar, atingindo 4,1%.

O preço líquido médio de papéis para imprimir e escrever no mercado interno foi R\$ 2.327,5 ou 2,0% e 1,2% abaixo do registrado em 2009 e 2008, respectivamente. O preço líquido médio dos papéis não revestidos no mercado interno foi 2,9% e 3,0% abaixo do registrado em 2009 e 2008, respectivamente. O preço líquido médio dos papéis revestidos no mercado interno foi em linha ao praticado em 2009 e 5,3% superior ao ano de 2008. O preço médio de papelcartão no mercado interno apresentou aumento de 8,1% e 16,0% em 2010 com relação a 2009 e 2008, respectivamente.

O preço líquido médio de papéis para imprimir e escrever no mercado externo foi R\$ 1.828,1 ou aumento de 0,8% em relação ao ano de 2009 e 3,5% abaixo do registrado no ano de 2008. O preço líquido médio dos papéis não revestidos no mercado externo foi em linha com o praticado em 2009 e apresentou redução de 3,5% em comparação ao ano de 2008. O preço dos papéis revestidos, cujo volume exportado representou apenas 3,0% do total das vendas no mercado externo em 2010 foi 23,8% e 8,4% superior aos mesmos períodos, enquanto no papelcartão o preço líquido médio de exportação apresentou aumento de 20,8% em comparação a 2009 e redução de 4,7%, comparado ao ano de 2008.

Durante o ano de 2010, o diferencial médio entre os preços de papel para imprimir e escrever (em bobinas no mercado externo) e o preço médio de celulose de mercado foi de US\$ 199,9 / tonelada (CIF Norte Europa), patamar inferior ao da média histórica dos dez últimos anos (US\$ 234,9 / tonelada).

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Volatilidade dos preços internacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 2008, 2009 e 2010, as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 37,9%, 40,7% e 44,7% da sua receita operacional líquida total, e que os preços deste produto são determinados pelo balanço de oferta e demanda no mercado internacional e estão fora do controle da Companhia, as flutuações de preços internacionais deste produto geraram impactos sobre a receita, o EBITDA e as margens operacionais da Companhia. Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável que os preços de celulose. As vendas de papel da Suzano destinadas para o Brasil e demais países da América do Sul e Central apresentaram participação nas vendas totais da Companhia em volume de 74,3%, 65,8% e 73,5%, respectivamente, nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

A Companhia acredita que as oscilações cíclicas dos preços de papel e celulose tendem a ser mais atenuadas em relação ao histórico devido a, principalmente: (i) movimentos para consolidação do setor; (ii) fluxo de informações *on-line*, com a disseminação mais rápida de notícias que afetam os preços; e (iii) produtores mais eficientes que substituem os produtores ineficientes com maior custo marginal. No entanto, a Companhia acredita que certa volatilidade dos preços ainda persiste, devido a vários fatores, inclusive: (a) fragmentação do setor ainda alta; (b) similaridades entre os produtos; (c) flutuações no câmbio entre as moedas de países importadores e exportadores de papel e celulose, como, por exemplo, Euro, Dólar, Yuan e Real; e (d) condições econômicas mundiais e nas diferentes regiões.

Cabe ressaltar que, devido à representatividade dos produtores brasileiros para a oferta de celulose, por um lado, e à importância dos preços de *commodities* para o resultado do balanço de pagamentos do Brasil, por outro, o preço em Dólares da celulose tem apresentado nos últimos anos forte correlação negativa com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar, o que vem garantindo maior estabilidade para os preços em Reais da celulose e, portanto, menor volatilidade para o fluxo de caixa da Companhia.

Variação cambial entre o Real e o Dólar, taxa de juros, inflação e crescimento econômico

Os resultados das operações e a condição financeira da Companhia, tais como relatados em suas demonstrações contábeis, são significativamente afetados pela variação do Real frente ao Dólar e, em menor grau, pela taxa de inflação brasileira, taxa de juros e pela taxa de crescimento da economia brasileira.

Volatilidade do Real frente ao Dólar

A variação da cotação do Real frente ao Dólar teve e continuará a ter diversos efeitos na condição financeira consolidada da Companhia e em seu resultado operacional consolidado quando expressos em Reais, além de impactar suas receitas, despesas e ativos consolidados denominados em moeda estrangeira.

As receitas de vendas com exportações e, portanto, a geração de caixa operacional da Companhia, são direta e imediatamente afetadas pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar. Como, em 2008, 2009 e 2010, a receita líquida oriunda de exportações denominadas em Dólares representou, respectivamente, 54,5%, 58,1% e 57,6% das receitas líquidas de vendas da Companhia, a depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto que a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação mais baixas. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas pela variação da taxa cambial, na medida em que os papéis importados, cotados em Dólares, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio.

Os custos e despesas operacionais da Companhia, tais como despesas de seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria-prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda de tais custos e despesas.

As contas patrimoniais consolidadas da Companhia indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (incluindo debêntures), disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes do exterior, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio no final de cada exercício.

A parcela dos empréstimos e financiamentos consolidados de curto e longo prazo (incluindo debêntures) da Companhia denominados em moeda estrangeira totalizava R\$ 3.605,5 milhões ou, aproximadamente, 50,4% do endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2010. Essa parcela é quase que na sua totalidade atrelada ao Dólar e, portanto, as variações da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar afetam diretamente o endividamento e os resultados da Companhia em cada final de exercício.

Inflação

A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela inflação. Seus custos e despesas, à exceção de algumas despesas denominadas em Dólares (tais como as relativas às vendas com exportação e compras de produtos químicos utilizados como matéria-prima) são na sua maioria incorridos em Reais e tendem a refletir os efeitos da inflação.

Taxas de Juros

A exposição a variações nas taxas de juros é primordialmente devida a:

- variações da taxa LIBOR, no que concerne a financiamentos denominados em Dólares; e
- variações na TJLP ou CDI, no que concerne a aplicações e financiamentos denominados em Reais.

A taxa de juros das aplicações financeiras da Companhia denominadas em Reais é baseada na taxa CDI. Os investimentos financeiros denominados em Dólares da Companhia estão sujeitos aos movimentos das taxas referenciadas aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos e títulos de renda fixa emitidos por empresas de primeira linha norte-americanas.

Taxa de Crescimento da Economia

Os resultados da Companhia tendem a ser diretamente impactados pelo nível de crescimento econômico internacional e doméstico. O crescimento econômico, expresso em termos da variação do Produto Interno Bruto (PIB), influencia, principalmente, o nível de demanda pelos produtos da Companhia e seu crescimento em relação aos períodos anteriores. Além disso, o aquecimento ou redução da demanda de mercado tendem a se refletir nos níveis de preços praticados pelo setor.

Capacidade e Volumes de Produção

Os resultados da Companhia também são afetados pela sua capacidade e volume de produção. Por exemplo, com a conclusão do projeto de crescimento da unidade Mucuri, por meio da construção de uma segunda linha de celulose para produção de 1,0 milhão de toneladas por ano, registrando incrementos de produção de celulose, atingindo produção recorde em 2010, o que representou um aumento na produção de celulose de mercado da Companhia da ordem de 65,8 mil e 93,1 mil toneladas em 2009 e 2010, respectivamente, em comparação a 2008.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme já apresentado no item 10.2.b. acima, fatores externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variação cambial, taxa de juros, inflação e crescimento econômico, podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia.

Dessa forma, a Companhia possui políticas específicas, para mitigação das volatilidades de mercado, que buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em

mercados líquidos ou não, aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Companhia estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

Por exemplo, no caso de uma depreciação do Real, como a ocorrida em 2008, dois efeitos são observados: (i) o primeiro, negativo e pontual, está relacionado à atualização do valor da exposição cambial líquida de balanço (saldo das contas ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira incluindo, entre outros, os saldos da dívida bruta e do caixa denominados em Dólares, os estoques, contas a receber e a pagar em moeda estrangeira e o valor das posições em *swaps* de moedas para *hedge* da exposição cambial do fluxo de caixa); e (ii) o segundo, positivo e permanente, diz respeito à maior geração operacional de caixa decorrente do aumento das receitas de exportações denominadas em Dólares.

Dessa forma, a captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional, são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de um ano e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Unidade Limeira (ex-Conpacel)

Em 10 de novembro de 2004, a Companhia e a Fibria Celulose S.A. ("Fibria"), atual denominação da Votorantim Celulose e Papel S.A., celebraram um acordo para a aquisição do controle acionário da Ripasa S.A. Celulose e Papel ("Ripasa"), empresa esta constituída de quatro unidades: unidade Limeira, unidade Embu, unidade Cubatão e unidade Americana.

Em 31 de março de 2005, foi concretizada a aquisição do controle acionário da Ripasa por intermédio da Ripasa Participações S.A. ("Ripar"), controlada em conjunto pela Companhia e a Fibria, na qual foram adquiridas 129.676.966 ações ordinárias e 41.050.819 ações preferenciais, representando 77,59% do capital votante e 46,06% do capital social total, pelo valor total de R\$ 1.484,2 milhões (equivalentes a US\$ 549,2 milhões naquela data).

Em 24 de maio de 2006, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a operação de incorporação de ações de emissão da Ripasa, detidas pelos acionistas não controladores, ao patrimônio da Ripar, ocasião em que os acionistas não controladores da Ripasa tornaram-se acionistas da Ripar, com base na relação de substituição estabelecida no protocolo e justificação de incorporação de ações da Ripasa pela Ripar e de cisão total da Ripar.

Ato contínuo à incorporação de ações da Ripasa pela Ripar, foi aprovada pelas Assembléias Gerais Extraordinárias da Companhia, Fibria e da Ripar, a cisão total da Ripar, com versão de seu patrimônio, em partes iguais, para a Companhia e a Fibria, que implicou em: (i) aumento do capital da Companhia e da Fibria, com emissão de novas ações, que foram distribuídas aos acionistas não controladores da Ripar, com base na relação de substituição, divulgada em 05 de maio de 2006; e (ii) extinção da Ripar.

Após a reestruturação societária descrita acima, a Companhia e a Fibria passaram a deter 100% das ações da Ripasa. A parte da Companhia correspondia a 50% das ações da Ripasa, que equivalia a 83.563.025 ações ordinárias e 101.759.330 ações preferenciais, no valor total de R\$ 1.315,7 milhões, dos quais R\$ 840,2 milhões referiam-se ao ágio da aquisição.

Quando da aquisição das ações da Ripasa, em 31 de março de 2005, foi firmado o contrato de opção de compra e venda com um dos três grupos de antigos acionistas controladores daquela sociedade ("Grupo de Antigos Controladores da Ripasa"), relativamente às ações de sua participação no capital da Ripasa. Em função da incorporação das ações da Ripasa na Ripar e posterior cisão da Ripar, com versão de seus ativos ao patrimônio da Companhia e da Fibria, tal opção, por parte da Companhia, passou a recair sobre 5.428.955 ações ordinárias e 1.795.986 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia. Conforme disposto no contrato de opção, o Grupo de Antigos Controladores da Ripasa teria a opção de venda sobre 5.428.955 ações ordinárias e 1.009.583 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia nos primeiros cinco anos e, no sexto ano do contrato, a Companhia passaria a ter a opção de compra sobre essas ações. Para o exercício da opção sobre 786.403 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia, deveria ser aguardada a liberação do bloqueio de tais ações pelo Banco Central do Brasil e, uma vez ocorrido tal evento, o Grupo de Antigos Controladores da Ripasa teria 15 dias para o exercício da opção de venda, sendo que, após esse prazo, a Companhia poderia exercer a opção de compra a qualquer tempo.

Em 30 de março de 2007, a Companhia adquiriu a participação de 50% que a Fibria detinha na unidade de Embu da Ripasa, pelo valor de US\$ 20 milhões, equivalente a R\$ 41,1 milhões. A referida unidade foi incorporada pela Companhia em 31 de agosto de 2007.

Em 31 de julho de 2007, a Companhia e a Fibria firmaram um Instrumento de Compra e Venda, por meio do qual transferiram suas participações nas unidades fabris da Ripasa de Cubatão e Limeira à MD Papéis Ltda. Na data de fechamento da transação, ocorrida em 1º de novembro de 2007, as referidas unidades foram alienadas por R\$ 122,0 milhões, cabendo a cada uma das vendedoras R\$ 61,0 milhões.

Em 10 de junho de 2008, o Grupo de Antigos Controladores da Ripasa exerceu a opção de venda de parte das suas ações de emissão da Companhia, correspondente a 5.428.955 ações ordinárias e 1.009.583 ações preferenciais classe "A" pelo montante de R\$ 297,6 milhões. O exercício desta opção tornou obrigatória a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção das mesmas em tesouraria.

Como o exercício da opção mencionado anteriormente ocorreu de forma parcial remanesceram 786.403 ações preferenciais classe "A" passíveis de serem objeto de opções exercíveis pelo Grupo de Antigos Acionistas Controladores da Ripasa, estando, contudo, as mesmas indisponíveis para exercício naquele momento. Com o evento da bonificação ocorrido em 30 de abril de 2010, a quantidade de ações passíveis do exercício da opção passou a ser 986.006. Em 10 de maio de 2010, o Grupo de Antigos Controladores da Ripasa exerceu a opção de venda da totalidade das ações preferenciais classe "A" da Companhia pelo montante de R\$ 26,8 milhões. Desta forma, estas ações passaram a integrar o montante de ações em tesouraria da Companhia.

Em 29 de agosto de 2008 foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a cisão total da Ripasa com versão de parte do seu patrimônio para a constituição da empresa Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ("Asapir") e o restante do acervo líquido vertido, em partes iguais, para a Companhia e para a Fibria, com o objetivo de transformar a Ripasa em uma unidade produtiva em regime de consórcio.

A partir de 1º de setembro de 2008, a unidade Americana da extinta Ripasa passou a operar em regime de consórcio entre a Companhia e a Fibria, denominado Consórcio Paulista de Papel e Celulose ("Conpacel"), onde as consorciadas comercializavam sua produção de forma independente.

Em 31 de janeiro de 2011 a Companhia efetivou a aquisição da participação detida pela Fibria nos ativos do Conpacel que compreendiam 50% de: (i) fábrica de papel e celulose; e (ii) terras próprias com área total aproximada de 76 mil hectares, e cerca de 71 mil hectares de plantio, sendo 53 mil hectares em áreas próprias e 18 mil hectares em áreas arrendadas. O preço de aquisição foi de R\$ 1.450 milhões.

Para mais informações a respeito da operação de aquisição da Ripasa, veja o item 6.5 do Formulário de Referência e as notas explicativas anexas às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) da Companhia referentes aos exercícios de 2007 e 2008, além dos eventos subsequentes indicados nas DFP da Companhia referente ao exercício de 2010. Todos esses documentos estão disponíveis nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.suzano.com.br/ri).

Aquisição da FuturaGene

Em 19 de julho de 2010, a Companhia, através de sua subsidiária Suzano Trading Ltd., concluiu o processo de aquisição indireta de 92,875% das ações da FuturaGene, pelo valor de £ 55,3 milhões, equivalente a US\$ 84,2 milhões, considerando que a Companhia já era detentora da participação indireta de 7,125% do capital social da FuturaGene desde 2001. Tal Proposta foi aprovada pelos acionistas da FuturaGene em assembleia realizada em 21 de junho de 2010. A FuturaGene é uma empresa pioneira na pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia, direcionada para os mercados de culturas florestais e biocombustíveis, entre outros. A FuturaGene desenvolve tecnologias sustentáveis, com forte orientação ambiental para o atendimento das crescentes demandas por fibras, combustíveis, alimentos e melhor utilização de recursos naturais, como terra e recursos hídricos.

Aquisição da KSR

Em 28 de fevereiro de 2011 a Companhia concluiu a aquisição das operações da unidade de distribuição KSR, detidas pela Fibria, pelo valor de R\$ 50 milhões, pagos em 01 de março de 2011, ficando, no entanto, sujeito a ajustes após conclusão de auditoria para apuração final do capital de giro.

Alienação de Terras e Florestas

Estado de Minas Gerais

A Companhia e sua controlada Comercial e Agrícola Paineira Ltda. concluíram em 27 de abril de 2010 os contratos definitivos com a Mata Mineira Investimentos Florestais Ltda. e a Fazenda Turmalina Holdings, LLC. para a venda de aproximadamente 50 mil hectares de terras em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucaliptos. O valor da venda destes ativos foi de aproximadamente R\$ 334 milhões, superior ao valor divulgado no Fato Relevante de 14 de dezembro de 2009, devido aos ajustes decorrentes de auditoria realizada pelos adquirentes. Os ativos alienados não eram destinados à produção de celulose e papel e a sua venda não impactou as operações atuais nem impactará os projetos da Companhia.

Em 31 de março de 2010 a Companhia apurou um resultado positivo obtido com a venda destes ativos no montante de, aproximadamente, R\$ 263 milhões, sendo composto por uma receita aproximadamente de R\$ 334 milhões e respectivo custo aproximado de R\$ 71 milhões. A alienação ocorreu através da venda das quotas das sociedades de propósito específico Turmalina Silvicultura e Participações Ltda. e Vale do Jequitinhonha Silvicultura e Participações Ltda. que detinham estes ativos.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos

pelos CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Aplicação das novas práticas contábeis

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto, aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa, conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis consolidadas, e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”) emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* para as demonstrações contábeis consolidadas.

O CPC 37 (R1) (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de sua primeira demonstração contábil individual, e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição 1º de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010 e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovadas pelo CPC.

Os balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, tomados como base para a transição para as IFRS em 1º de janeiro de 2009, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, são apresentados abaixo (em milhões de Reais):

	Balanço de Abertura em 1º de janeiro de 2009					
	Controladora			Consolidado		
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs
Ativo Circulante	4.340.317	79.899	4.420.216	4.406.710	9.289	4.415.999
Caixa e equivalentes de caixa	1.921.063	-	1.921.063	2.176.312	-	2.176.312
Contas a receber de clientes	1.391.670	144.129	1.535.799	790.042	144.129	934.171
Estoques	585.867	-	585.867	881.568	-	881.568
Tributos a recuperar	333.700	-	333.700	361.025	-	361.025
Tributos diferidos	60.766	(60.766)	-	131.351	(131.351)	-
Outros ativos circulantes	47.251	(3.464)	43.787	66.412	(3.489)	62.923
Ativo Não Circulante	8.477.286	4.443.046	12.920.332	8.551.769	4.634.890	13.186.659
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.192.207	(644.199)	548.008	1.173.536	(573.614)	599.922
Ativos biológicos	860.371	432.161	1.292.532	865.157	432.161	1.297.318
Investimentos	232.273	235.383	467.656	-	-	-
Imobilizado	5.690.978	4.887.111	10.578.089	6.011.619	5.243.753	11.255.372
Intangível	501.457	(467.410)	34.047	501.457	(467.410)	34.047
Ativo Total	12.817.603	4.522.945	17.340.548	12.958.479	4.644.179	17.602.658
Passivo Circulante	2.256.326	228.109	2.484.435	2.356.593	121.166	2.477.759
Fornecedores	219.067	-	219.067	277.318	-	277.318
Empréstimos e financiamentos	1.723.676	144.129	1.867.805	1.736.805	144.129	1.880.934
Tributos diferidos	19.474	(19.474)	-	19.474	(19.474)	-
Lucros não realizados	-	106.918	106.918	-	-	-
Outras obrigações	294.109	(3.464)	290.645	322.996	(3.489)	319.507
Passivo Não Circulante	6.786.314	895.528	7.681.842	6.865.227	1.085.401	7.950.628
Empréstimos e financiamentos	5.711.592	-	5.711.592	5.898.239	-	5.898.239
Tributos diferidos	623.350	895.528	1.518.878	623.350	1.085.401	1.708.751
Provisões e outras obrigações	451.372	-	451.372	343.638	-	343.638
Patrimônio líquido	3.774.963	3.399.308	7.174.271	3.736.659	3.437.612	7.174.271
Passivo Total	12.817.603	4.522.945	17.340.548	12.958.479	4.644.179	17.602.658

Balanço em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs
Ativo Circulante	4.094.724	89.308	4.184.032	4.148.255	82.396	4.230.651
Caixa e equivalentes de caixa	2.261.889	-	2.261.889	2.533.285	-	2.533.285
Contas a receber de clientes	958.763	144.979	1.103.742	621.195	144.979	766.174
Estoques	499.976	10.274	510.250	605.657	10.274	615.931
Tributos a recuperar	237.587	-	237.587	238.825	-	238.825
Tributos diferidos	62.385	(62.385)	-	69.297	(69.297)	-
Outros ativos circulantes	74.124	(3.560)	70.564	79.996	(3.560)	76.436
Ativo Não Circulante	8.508.077	4.647.969	13.156.046	8.610.714	4.774.190	13.384.904
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.121.593	(495.423)	626.170	1.147.916	(490.462)	657.454
Ativos biológicos	1.081.533	502.072	1.583.605	1.086.873	502.072	1.588.945
Investimentos	221.691	235.382	457.073	-	-	-
Imobilizado	5.581.798	4.873.348	10.455.146	5.874.463	5.229.990	11.104.453
Intangível	501.462	(467.410)	34.052	501.462	(467.410)	34.052
Ativo Total	12.602.801	4.737.277	17.340.078	12.758.969	4.856.586	17.615.555
Passivo Circulante	2.106.376	138.563	2.244.939	2.140.051	118.731	2.258.782
Fornecedores	262.667	-	262.667	268.050	-	268.050
Empréstimos e financiamentos	1.381.749	144.979	1.526.728	1.401.499	144.979	1.546.478
Tributos diferidos	19.743	(19.743)	-	19.743	(19.743)	-
Lucros não realizados	-	19.832	19.832	-	-	-
Outras obrigações	442.217	(6.505)	435.712	450.759	(6.505)	444.254
Passivo Não Circulante	6.098.959	1.131.810	7.230.769	6.235.138	1.257.265	7.492.403
Empréstimos e financiamentos	4.869.221	-	4.869.221	5.097.540	-	5.097.540
Tributos diferidos	625.939	1.126.044	1.751.983	625.939	1.251.499	1.877.438
Provisões e outras obrigações	603.799	5.766	609.565	511.659	5.766	517.425
Patrimônio líquido	4.397.466	3.466.904	7.864.370	4.383.780	3.480.590	7.864.370
Passivo Total	12.602.801	4.737.277	17.340.078	12.758.969	4.856.586	17.615.555

Na adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação retrospectiva completa das novas práticas contábeis brasileiras, conforme descrito abaixo, seguindo as prerrogativas do CPC 37 (R1).

Isenções da aplicação retrospectiva:

- combinação de negócios - a Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios, assim sendo, não rerepresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.
- benefícios a empregados - a Companhia aplicou a isenção para o plano de benefícios definido em 1º de janeiro de 2009 e optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais prospectivamente da data de transição diretamente no patrimônio líquido.
- custo atribuído ao ativo imobilizado - a Companhia optou por remensurar, na data de transição, algumas classes do ativo imobilizado. As classes avaliadas foram: Máquinas, Equipamentos, Edificações, Terras e Fazendas.

A Companhia não utilizou as demais isenções constantes no IFRS e CPC 37 (R1) pelos seguintes motivos:

- Arrendamentos – a Companhia optou por revisar os contratos considerando os fatos e circunstâncias na data de transição. Não foram identificados impactos uma vez que as práticas adotadas anteriormente pela Companhia e os IFRS já estavam alinhados.
- Pagamentos baseados em ações – o tratamento contábil das opções de ações concedidas pela Companhia em períodos anteriores não sofreram impactos, uma vez que as práticas adotadas anteriormente e os IFRS já estavam alinhados.

- Ativos e passivos de controladas – a adoção inicial das novas práticas foi aplicada concomitantemente e de forma consistente em todas as controladas da Companhia.
- Instrumentos financeiros compostos – não há operações envolvendo esse tipo de instrumento financeiro.
- Passivos decorrentes de desativação incluídos no custo do ativo imobilizado – a Companhia não possui passivos relacionados à restauração de ativos.
- Ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 1 - Contratos de concessão – a Companhia não possui contratos de concessão.

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela aplicação inicial do CPC 37 (R1), demais CPCs e interpretações, foram as seguintes:

Custo atribuído (Deemed Cost)

Corresponde à atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por peritos independentes e que compreenderam determinadas unidades da Companhia e ativos de sua controlada Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. (“Paineiras”).

Os novos custos atribuídos na data de transição estão abaixo apresentados:

	Em 1º de janeiro de 2009					
	Controladora			Consolidado		
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas práticas contábeis	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas práticas contábeis
Máquinas e equipamentos	4.265.412	2.279.503	6.544.915	4.265.487	2.279.503	6.544.990
Edificações	743.968	302.522	1.046.490	744.778	302.522	1.047.300
Terras e fazendas	582.861	2.305.086	2.887.947	688.407	2.661.728	3.350.135
Total geral	5.592.241	4.887.111	10.479.352	5.698.672	5.243.753	10.942.425

Em decorrência do ajuste realizado aos ativos do Conpacel na data de transição, a Companhia aplicou o CPC 1 (R1) – Redução ao valor recuperável do ativo aos ativos intangíveis, relacionados a esta empresa, e registrou uma provisão para não recuperação do ágio mantido naquela data, no montante de R\$ 467,4 milhões.

A atribuição de um novo custo às terras e fazendas da controlada Paineiras totalizou o montante bruto de R\$ 356,6 milhões (R\$ 235,4 milhões líquido dos tributos diferidos).

Os ajustes de custo atribuído (*deemed cost*), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foram registrados em contrapartida da rubrica de “Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido” em 1º de janeiro de 2009.

Ativos biológicos – Reflorestamento

São representados por florestas de eucalipto e foram mensurados ao valor justo (*fair value*), conforme estabelecido pelo CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola. Pelas práticas contábeis anteriores, esses ativos eram registrados ao custo histórico de formação.

Passivos atuariais

Na transição para as novas práticas contábeis, a Companhia reavaliou o tratamento dado aos ganhos ou perdas atuariais. Anteriormente, estes eram reconhecidos diretamente no resultado e a partir da adoção do CPC 33 –

Benefícios a empregados, a Companhia passou a reconhecer prospectivamente os ganhos e perdas atuariais diretamente no patrimônio líquido.

Eliminação de lucros não realizados entre operações de venda da controladora para suas controladas

De acordo com o ICPC 9 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os resultados não realizados decorrentes de transações entre a Controladora - a Companhia - e suas controladas devem ser eliminados por seus valores líquidos de impostos, se aplicável, quando da preparação das demonstrações contábeis individuais da Controladora. Consoante facultado pela Instrução CVM 247/96, a Companhia não efetuava tais eliminações em suas demonstrações contábeis individuais, sendo que essas eliminações eram efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas. A Companhia aplicou esse ICPC nas demonstrações contábeis da Controladora.

Lucros acumulados

Os ajustes de valor justo dos ativos biológicos, da eliminação de lucros não realizados na Controladora e da provisão para ajuste do ágio, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foram registrados em contrapartida da rubrica de “Lucros Acumulados” em 1º de janeiro de 2009.

Reclassificações

Para atendimento ao CPC que trata da Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis (“*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*”), algumas reclassificações de saldos contábeis foram realizadas.

Os saldos credores com transações de *vendor* foram reclassificados de “Contas a Receber de Clientes” para “Empréstimos e Financiamentos”. Os saldos de adiantamentos de férias, 13º salário e outros saldos compensáveis pela Companhia no momento da liquidação do passivo, foram reclassificados de “Outros Ativos Circulantes” para “Outras Obrigações”, com o objetivo de apresentar os saldos líquidos, quando aplicável.

Lucro por ação

O lucro por ação passou a ser apresentado com base no resultado do exercício apurado nas demonstrações contábeis e na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações relacionadas ao plano de remuneração baseado em ações e a prevista no contrato de debêntures da 4ª emissão, que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

Informações por segmento

A Companhia divulgou as informações segmentadas de acordo com o seu modelo de negócio atual, segregado em celulose e papel.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, foram calculados o imposto de renda e contribuição social diferidos, com base na alíquota nominal desses impostos.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando a Companhia e/ou suas controladas possuem o direito legal para tal compensação, sendo apresentados líquidos no ativo ou passivo não circulante.

Informações adicionais às demonstrações contábeis

Apresentamos a seguir as conciliações entre as práticas contábeis anteriormente adotadas e as novas práticas contábeis nos saldos do patrimônio líquido e do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2009	01/01/2009	2009	01/01/2009
Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores:	4.397.466	3.774.963	4.383.780	3.736.659
Efeitos decorrentes das novas práticas:	<u>3.466.904</u>	<u>3.399.308</u>	<u>3.480.590</u>	<u>3.437.612</u>
T ratamento do dividendo mínimo obrigatório	2.945	-	2.945	-
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	4.873.348	4.887.111	5.229.990	5.243.753
Equivalência patrimonial (<i>Deemed cost</i>)	235.383	235.383	-	-
Ativos biológicos - Reflorestamento	512.346	432.161	512.346	432.161
Passivo atuarial	(5.766)	-	(5.766)	-
Provisão para não recuperação do ágio	(467.410)	(467.410)	(467.410)	(467.410)
Eliminação de lucro não realizado pela Controladora	(19.832)	(106.918)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.664.110)	(1.581.019)	(1.791.515)	(1.770.892)
Patrimônio Líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis	<u>7.864.370</u>	<u>7.174.271</u>	<u>7.864.370</u>	<u>7.174.271</u>

	2009	
	Controladora	Consolidado
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores:	853.315	877.932
Efeitos decorrentes das novas práticas:	<u>93.206</u>	<u>68.589</u>
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	(13.763)	(13.763)
Ativos biológicos - Reflorestamento	80.185	80.185
Passivo atuarial	37.500	37.500
Eliminação de lucro não realizado pela Controladora	87.085	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(97.801)	(35.333)
Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis	<u>946.521</u>	<u>946.521</u>

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos apresentados.

No parecer dos auditores foi incluído um parágrafo de ênfase relacionado às demonstrações contábeis da Controladora ressaltando que aqueles números não estão em conformidade com as IFRS, exclusivamente pela aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos, visto que em IFRS estes investimentos seriam avaliados pelo seu valor de custo ou valor justo.

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

a) Apuração do resultado

As receitas de vendas são apresentadas líquidas, excluindo os impostos e os descontos incidentes sobre as vendas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Investimentos, moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da Controladora e as consolidadas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos no resultado da Controladora na proporção da participação do investimento.

Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente, são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o *hedge accounting* previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Empréstimos (concedidos) e recebíveis - ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
- Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

d) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção que incluem a exaustão dos ativos biológicos, não excedendo o seu valor de realização. As provisões para perda de estoques (pela baixa rotatividade, obsolescência, etc.) são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e) Ativos biológicos

São reflorestamentos de eucaliptos para fornecimento de madeira ao processo de produção de celulose e papel. Parte imaterial dessa madeira, em condições específicas, é destinada para venda a terceiros.

Os reflorestamentos são tratados como ativos biológicos dentro do escopo do CPC 29, e estão registrados e apresentados nas demonstrações contábeis por seu valor justo (*fair value*).

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e sua controlada Paineiras, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações, Terras e Fazendas para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada, exceto para Terras e Fazendas que possuem vida útil indefinida.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial que determinou os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil, determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa, quando incorridos.

O ativo imobilizado está líquido de créditos do Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e a contrapartida está registrada em “Impostos a compensar”.

g) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pela vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dependendo das características específicas de cada transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional, quando contratados, serão reconhecidos como despesa em uma base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

h) Intangível

Referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 não são mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

As novas transações de aquisições de negócios e seus efeitos estão registrados conforme estabelecido no CPC 15 – Combinação de negócios.

i) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, grau de risco provável de desembolso futuro e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências estão apresentadas pelo montante líquido dos correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

k) Passivos atuariais

Os planos de benefícios definidos são avaliados por atuário independente para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, conforme previsto no CPC 33 – Benefícios a empregados. Os juros sobre a obrigação atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de “Outras Despesas Operacionais”.

l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado) às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias, são constituídos em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

m) Pagamentos baseados em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamentos baseados em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamentos baseados em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos i) e ii) são inicialmente reconhecidos no resultado como despesas administrativas durante o período de aquisição (carência) e durante o tempo em que os serviços são recebidos, em contrapartida a um passivo financeiro (no caso do plano i) e no caso de liquidação exclusiva em dinheiro do plano ii)) ou em conta específica no patrimônio líquido (no caso de liquidação exclusiva em ações do plano ii)), e mensurados pelo seu valor justo no momento em que os programas de remuneração são concedidos. O passivo financeiro é re-mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido, denominada “Reserva de opção de compra de ações”. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

n) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a

provisão para perdas nos investimentos; o cálculo do valor justo dos ativos biológicos; o cálculo do novo custo (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações e de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, conforme divulgação requerida pelo CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Para auditar os resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre a auditorias internas e externas, que apresentam seus diagnósticos ao Comitê de Auditoria. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., com a qual a Companhia mantém contrato desde 2004 e cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

A área de auditoria interna, por sua vez, contribui significativamente para aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas. Além disto, tanto o plano de auditoria, como o resultado das respectivas auditorias, são apresentados ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. Adicionalmente, a Companhia conta com uma gerência de gestão de riscos e controles internos com o objetivo de melhorar ainda mais sua estrutura de controles internos e governança corporativa.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, identificaram necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à Administração e ao Comitê de Auditoria, sendo que tais recomendações não representam deficiências que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis da Companhia.

10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes às eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Todas as suas participações em subsidiárias ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica.

b) Natureza e propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Estratégia de crescimento

A estratégia foi amplamente revisada e atualizada em 2010, no âmbito do Ciclo de Planejamento Estratégico da Companhia. A reavaliação a respeito das competências principais e dos mercados onde deseja chegar resultou no lançamento de um plano com visão de longo prazo, o “Plano Suzano 2024”.

Este plano deixa explícito que a competência florestal é a principal fonte de competitividade da Companhia e, a partir disso, o objetivo é fornecer produtos e serviços rentáveis a partir das florestas renováveis. A Companhia permanecerá forte no segmento de papel, focada na América Latina, aumentará significativamente sua capacidade produtiva em celulose de mercado e ampliará seu escopo de atuação em novos produtos e serviços, como produção de *pellets* de madeira para energia renovável, serviços de gestão de florestas de terceiros e biotecnologia.

Acredita-se que com esse foco de atuação, aliado à inovação, sustentabilidade e excelência operacional, a Companhia se tornará até 2024 – quando o Grupo Suzano completará 100 anos de atuação – uma das organizações empresariais mais importantes e eficientes do mundo focada no setor de base florestal.

Como desdobramentos do Plano Suzano 2024, foi formulada proposta para compra de 50% dos ativos do Consórcio Paulista de Celulose e Papel (Conpapel) e da distribuidora KSR, pertencentes à Fibria, cujas aquisições foram

concluídas em 31 de janeiro e 28 de fevereiro, respectivamente. A qualidade dos ativos e a força da distribuição consolidarão a presença da Companhia no Brasil e nos demais países da América Latina.

Na área de celulose, a Companhia revisou e avançou nas etapas de ampliação de sua atuação no Nordeste, com o objetivo de dobrar de tamanho por meio da construção de duas linhas de produção de celulose no Maranhão e no Piauí. No Estado do Maranhão – primeira linha que começará a operar em 2013 –, avançou no processo de obtenção de licenças ambientais e aquisição de terras e plantou 7 mil hectares entre 2009 e 2010, o que totalizou 41 mil hectares de área plantada. No Piauí, 35 mil hectares já estão plantados – 23 mil hectares só no exercício – para abastecer a unidade que começará a operar em 2014.

Paralelamente, deu-se continuidade ao processo de obtenção de novas licenças ambientais, identificou-se a área próxima a São Luís onde a Companhia pretende construir um porto, foi iniciada a engenharia básica da unidade do Maranhão e fechadas propostas técnicas para início da fase de negociação das propostas comerciais com os principais fornecedores.

No final de 2010, uma etapa importante foi concluída com o anúncio da contratação de operação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 2,7 bilhões, para a construção da unidade industrial no Estado do Maranhão e, dentre outros, a implantação da infraestrutura e apoio necessário à operação desta unidade, construção de planta de cogeração de energia de biomassa, capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Adicionalmente, com o objetivo de adequar sua estrutura de capital, a Companhia realizará emissão privada de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, no valor de R\$ 1,2 bilhão.

Em 28 de fevereiro de 2011 o Conselho de Administração da Companhia autorizou a Diretoria a finalizar negociações e a celebrar contratos com a Metso e Siemens para a aquisição dos principais equipamentos para construção da unidade industrial do Maranhão, com bases nas metas estabelecidas. Estas aquisições possibilitarão a antecipação de 6 meses no start-up da planta, previsto agora para 30/04/2013. O valor total estimado dos investimentos se mantém em US\$ 2,3 bilhões e inclui os equipamentos contratados com a Metso e Siemens e os demais equipamentos e serviços necessários que ainda serão contratados. A unidade do Maranhão terá capacidade total anual de 1,5 milhão de toneladas e geração excedente de energia de 100 MW.

Também se avançou nas demais frentes que envolvem o Plano Suzano 2024. Foi adquirido o controle da empresa de biotecnologia FuturaGene – o que possibilitará à Companhia, somada à sua competência em pesquisa e desenvolvimento no eucalipto, acelerar ganhos de produtividade nas florestas e ir além das suas operações, na medida em que poderá aplicar essa tecnologia nas florestas de terceiros. Adicionalmente, anunciou a criação da Suzano Energia Renovável, com a qual ingressará no mercado de biomassa para a produção de energia em 2013.

Acreditamos que a estratégia de crescimento tornará a Companhia uma das maiores e mais rentáveis empresas do setor e a Suzano está comprometida com sua implementação.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não se aplica.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Novos Produtos

Em 2010, o portfólio da Companhia foi reforçado com o lançamento dos seguintes produtos:

- Novo Pólen® Bold: os papéis da linha Pólen® refletem menos luz, proporcionando uma leitura mais agradável. O novo produto que compõe essa linha foi desenvolvido com maior corpo para livros que necessitam lombadas maiores e foi reforçado na campanha de comunicação “Você Pode Ler Mais”.

- TP White® versão *calipers* inteiros: a Companhia lançou a versão TP White® com *calipers* inteiros, ou seja, produto com espessura adaptada ao mercado norte-americano. Com rigidez superior aos tradicionais SBSs (*Solid Bleached Sulphate* ou papelcartão totalmente branqueados) norte-americanos, o TP White® substitui produtos de gramatura mais elevadas, com importantes ganhos de estrutura sem abrir mão da apresentação final das embalagens. Esta substituição é possível porque o TP White® apresenta maior consistência de brancura quando comparada com um *triplex* tradicional, com frente e verso mais brancos e homogêneos.
- Alta Alvura® e Paperfect® com o cálculo da Pegada de Carbono: lançamento de novas versões de Alta Alvura® e Paperfect® com o cálculo da Pegada de Carbono e certificação “Carbon Reduction Label”. A pegada de carbono, por possuir uma abordagem de Análise de Ciclo de Vida (ACV) é a medida mais eficaz e precisa para mensurar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) de um produto e serve como uma importante ferramenta para o desenvolvimento de estratégias de redução desses gases ao longo de toda a cadeia.
- Novo Art Premium Barr®: a Companhia investiu na renovação da linha de papelcartão Art Premium Barr, para oferecer um novo *triplex*, com superior barreira a gordura e rigidez mais elevada. Sendo sua aplicação voltada principalmente para o mercado de *fast food*, seu principal benefício é garantir a apresentação do produto entregue ao consumidor no ponto de venda.
- Art Premium® com aparas pós-consumo: desenvolvido para um grande cliente, esse novo papelcartão *triplex* contém 30% de aparas pós-consumo (PCR - *Pos Consumption Recycled*) e apresenta como principal benefício manutenção da qualidade de impressão, mesmo contendo 30% de material reciclado pós-consumo.

Ainda em 2010, a Companhia desenvolveu um novo papel *offset* para aplicação no mercado bancário norte-americano, garantindo o cumprimento das exigências de segurança e desempenho superior de maquinabilidade e impressão.

Inovação e Desenvolvimento

Um dos valores corporativos da Companhia, a inovação é também um compromisso que em 2010 foi revigorado com o estabelecimento de metas de longo prazo e o desenvolvimento de 47 projetos nas três áreas de negócio. Essas iniciativas complementam o trabalho do ano anterior, de conclusão da aplicação do Projeto Inovação. Entre outros frutos, ele resultou em uma governança clara para a área e uma estrutura mais dinâmica, que inclui Comitê e Subcomitê de Inovação e grupos de trabalho setorializados responsáveis pelo gerenciamento dos projetos.

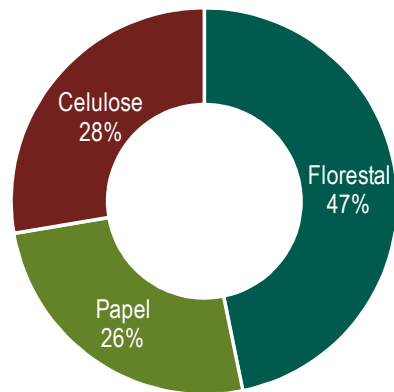
Em 2010, a área florestal desenvolveu novos materiais genéticos com características superiores, resultado de um programa contínuo de melhoramento genético de eucalipto, progrediu de forma significativa nos projetos direcionados à melhoria da eficiência das operações e ao aumento de produtividade florestal, além de investir em biotecnologia, pensando na competitividade da empresa a médio e longo prazo. O total investido em 2010 para execução de todas as atividades de tecnologia florestal foi de R\$ 13,3 milhões.

Na área de papel, ainda graças à capacidade inovadora, registrou-se um importante avanço na meta de participação nas vendas dos itens lançados nos últimos dois anos: o percentual do total comercializado que em 2008 foi de aproximadamente 5%, saltou para 30% em 2009 e alcançou 19% em 2010.

Essas e várias outras iniciativas são conduzidas no âmbito do Processo de Inovação, que tem como base o modelo *open innovation* (inovação aberta), o que significa aliança com parceiros estratégicos para aquisição de conhecimento, aceleração do desenvolvimento, redução de riscos e compartilhamento de recursos.

A inovação também é estimulada na base operacional por meio de programas como o Click, que premia os colaboradores pelas ideias capazes de melhorar a rotina. Em 2010, foram apresentadas 420 sugestões, muitas das quais já em fase de aplicação, que resultaram em ganhos de mais de R\$ 19 milhões e na distribuição mais de R\$ 280 mil em prêmios aos seus autores. Desde 2001, já foram pagos em prêmios R\$ 1.100 mil.

Projetos - Inovação



10.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.6 Conselho Fiscal

Conselho Fiscal	
Nome:	Luiz Augusto Marques Paes
Idade:	49 anos
Profissão:	Advogado
CPF:	045.320.388-47
Cargo:	Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição:	29.04.2011
Prazo do mandato:	1 ano
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim

Conselho Fiscal	
Nome:	Rubens Barletta
Idade:	64 anos
Profissão:	Advogado
CPF:	397.909.328-04
Cargo:	Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição:	29.04.2011
Prazo do mandato:	1 ano
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim

Conselho Fiscal	
Nome:	Roberto Figueiredo Mello
Idade:	62 anos
Profissão:	Advogado
CPF:	532.755.358-20
Cargo:	Membro suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição:	29.04.2011
Prazo do mandato:	1 ano
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim

Conselho Fiscal	
Nome:	Luiz Gonzaga Ramos Schubert
Idade:	74 anos
Profissão:	Advogado
CPF:	080.501.128-53
Cargo:	Membro suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição:	29.04.2011
Prazo do mandato:	1 ano
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim

Conselho Fiscal	
Nome:	Jaime Luiz Kalsing
Idade:	53 anos
Profissão:	Bancário e economiário
CPF:	226.696.980-34
Cargo:	Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição:	29.04.2011
Prazo do mandato:	1 ano
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Não, indicado pelo acionista não controlador - PREVI

Conselho Fiscal	
Nome:	Moacyr Arnaldo Farah
Idade:	58 anos
Profissão:	Bancário e economiário
CPF:	694.127.078-00
Cargo:	Membro suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição:	29.04.2011
Prazo do mandato:	1 ano
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Não, indicado pelo acionista não controlador - PREVI

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável, por tratar-se de eleição de membros para o Conselho Fiscal.

12.8 a) Currículos dos membros do Conselho Fiscal

Membros Efetivos:

LUIZ AUGUSTO MARQUES PAES: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. É sócio-diretor da empresa Almeida Prado, Paes e Caruso Consultoria Empresarial Ltda., no segmento de consultoria e assessoria tributária para empresas, desde abril de 1991 até o momento e faz parte do Conselho Fiscal da Companhia e da Agre S.A., sociedades anônimas de capital aberto. Foi membro do Conselho Fiscal da Suzano Petroquímica, da Cyrela Commercial Properties S.A., e da Abyara S.A.

RUBENS BARLETTA: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. É membro efetivo do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e Alfa Holdings S.A. e membro suplente da Alfa Holdings S.A. e do Consórcio Alfa de Administração S.A.. Foi membro do escritório de advocacia do Dr. Augusto Esteves de Lima Junior por mais de 40 anos.

JAIME LUIZ KALSING: cursou Ciências Contábeis e Administração de Empresas na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões, possui especialização na Universidade de São Paulo - FIA (MBA – Formação Geral de Executivos), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (MBA - Marketing) e mestrado em Ciências Contábeis na Universidade Federal Fluminense. Começou a trabalhar no Banco do Brasil em 1991, exercendo o cargo de Gerente Geral, e nos últimos 5 anos ocupou os seguintes

cargos: (i) Membro do Conselho Fiscal da Souza Cruz S.A; (ii) Presidente da Brasilsaude Companhia de Seguros; (iii) Presidente da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, (iv) Diretor Estatutário da Federação Nacional das Seguradoras de Previdência, e (v) Conselheiro Consultivo da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil – AD (FBM) - e do Instituto ADVB de Responsabilidade Socioambiental (IRES). Durante a sua vida profissional, ocupou os seguintes cargos de administração no Banco do Brasil: (i) Gerente Geral da Sucursal Espanha; (ii) Superintendente Executivo de Distribuição; (iii) Superintendente Estadual de São Paulo; (iv) Superintendente Regional e Estadual do Rio de Janeiro; (v) Superintendente Estadual do Espírito Santo e (vi) Gerente-Geral – Xinguara, Paragominas e Marabará – PA. Foi Presidente do Conselho de Administração da Multicar Car Rio Operações Portuárias Roll-on Roll-off, Presidente do Conselho de Administração da Multi Rio Operações Portuárias – Terminais de Cont., além de ocupar o cargo de Conselheiro Suplente da Companhia Siderúrgica Nacional, Brasilseg Participações e Brasilveículos Companhia de Seguros.

Membros Suplentes:

ROBERTO FIGUEIREDO MELLO: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. É sócio da Pacaembu Serviços e Participações Ltda. desde 1998 até o momento. Foi membro do conselho fiscal do Barclay's Bank entre 1995/2002; diretor da Vocal Com. Veículos Ltda. entre 1989/1998; e diretor da SPP - Nemo S.A. Coml Exportadora entre 1986 e 1998.

LUIZ GONZAGA RAMOS SCHUBERT: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Membro do escritório de advocacia do Dr. Augusto Esteves de Lima Junior desde janeiro de 1973 até o momento. É membro efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A. e da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e membro suplente da Alfa Holdings S/A e do Consórcio Alfa de Administração S.A..

MOACYR ARNALDO FARAH: cursou Administração de Empresas na USP, possui especialização na IBMEC - RJ (MBA – Finanças). Começou a trabalhar no Banco do Brasil em 1999 exercendo os cargos de Gerente Executivo e Gerente de Divisão. Nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos: (i) Conselheiro Fiscal da AABB-Lagoa; (ii) Gerente de Operações de Mercado da Petros cuja principal atividade consiste num fundo de previdência que provê aposentadoria complementar aos aposentados da Petrobrás e (iii) Membro da Câmara Consultiva da BMF&BOVESPA que, atualmente, forma uma das maiores bolsas do mundo em valor de mercado, a segunda das Américas e a líder no continente latino-americano

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Os candidatos ora indicados para os cargos do Conselho Fiscal da Companhia, não estiveram sujeitos, nos últimos 05 (cinco) anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre: a) administradores da Companhia; b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia; c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não aplicável, por tratar-se de eleição de membros para o Conselho Fiscal.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; b) Controlador direto ou indireto da Companhia; c) Fornecedor,

cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

Não aplicável, por tratar-se de eleição de membros para o Conselho Fiscal.

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ MF nº 16.404.287/0001-55

NIRE 29300016331

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

PARA FINS DOS INCISOS I e II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão, do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia, do Comitê de Auditoria (os “Comitês”) e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. Ressalte-se que o montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros do Conselho de Administração; e (b) até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria; sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo, cujo pagamento encontra-se vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia; deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas; e (c) os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza estão incluídos nos referidos valores.

Frise-se que o montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2011 e março de 2012.

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com seus princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, a Companhia atua sua política pelo acompanhamento do ambiente externo e compara anualmente a grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atua, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que a Companhia pratica. A estratégia de remuneração da Companhia indica a vontade de se posicionar acima da média do seu mercado de referência, para que, com isto, possa atingir seus objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível, que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.

A Companhia pratica também com relação à remuneração variável, a distribuição da participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos seus colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, a Companhia oferece ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia do tipo *phantom shares* ou “ações fantasma”. Oferece ainda para um grupo selecionado de colaboradores, ainda mais interligados aos objetivos de longo prazo da empresa, um Programa de Opções de Compra de Ações Preferenciais da Classe “A”, com condições pré-definidas. Ambos programas têm por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem uma maior integração dos seus executivos, administradores e colaboradores, na qualidade de acionistas da Companhia.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um destes elementos

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração que não tenham dedicação permanente a esta atividade fazem jus somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. Aqueles Conselheiros que tenham dedicação permanente, além da remuneração fixa fazem jus à uma remuneração variável, também alinhada aos padrões de mercado, por meio de pesquisas de renomada consultoria especializada no tema. Nenhum membro do Conselho de Administração participa dos programas de incentivo de longo prazo em *phantom shares*, nem do programa de incentivo de longo prazo de opção de compra de ações preferenciais. Os membros do Conselho de Administração que não tenham dedicação permanente não fazem jus a qualquer benefício. Aqueles que tenham dedicação permanente, por sua vez, beneficiam-se de plano de saúde pago pela Companhia e aqueles que, além de serem permanentes, também ocupem assento em todos os Comitês, também fazem jus ao benefício carro concedido pela Companhia.

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia. Há ainda o incentivo de longo prazo, que, por meio de mecanismo de “ações fantasma” e do programa de Opções de Ações preferenciais classe “A” da Companhia, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, conforme detalhadamente descrito no item 13.4. Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia. Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas conforme padrões de mercado por meio de pesquisa conduzida por renomada consultoria especializada no tema.

Os seguintes benefícios, quantificados em base anualizada no item 13.2 abaixo, compõem ainda a remuneração da Diretoria: vale alimentação, vale refeição, seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, previdência privada, *check-up* de saúde, plano de saúde, plano odontológico e carro. Assim como a remuneração, os benefícios oferecidos também seguem padrões de mercado por meio de pesquisa conduzida por renomada consultoria especializada no tema.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é composto de profissionais independentes e renomados. A política de remuneração dos seus membros acompanha a legislação existente a qual prevê, além do reembolso obrigatório de despesas de locomoção e estada necessárias para o desempenho da função, compensação de até 10% da remuneração fixa, em média, atribuída aos membros da Diretoria, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros distribuídos aos demais diretores. Portanto, não fazem jus a qualquer remuneração variável, tampouco a benefícios.

Comitês

Os membros dos Comitês Estatutários fazem jus à remuneração fixa e variável de curto prazo, de modo a que a parcela da remuneração dos membros dos Comitês componha a remuneração total, apontada pela pesquisa de mercado. Quando esta remuneração total, baseada em pesquisa de mercado, já foi atingida através do pagamento dos membros da Diretoria ou dos Conselhos, não haverá remuneração variável para os membros dos Comitês Estatutários.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para o Conselho de Administração, os conselheiros sem dedicação permanente têm 100% de sua remuneração total como remuneração fixa, do mesmo modo que os membros do Conselho Fiscal e membros dos Comitês. Já para os Conselheiros do Conselho de Administração com dedicação integral, a proporção está entre 55% e 60% como remuneração fixa e 40 a 45% como remuneração variável.

Na Diretoria, a parcela da remuneração fixa na remuneração total corresponde a 45%; a remuneração variável de curto prazo corresponde a 35% e a remuneração variável de longo prazo corresponde a 20%.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria, Conselhos e Comitês são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração a proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da média deste mercado selecionado.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado. Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia. Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA e a dívida líquida.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento acima da média do mercado selecionado, tendo como base pesquisa conduzida por consultoria especializada no tema. A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável. Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes aos valores e princípios éticos da Companhia e esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio. Para isso, aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado. Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual. Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo. Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração:

Há membros do Conselho de Administração que também têm remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

Diretoria

Não há membros da Diretoria com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Conselho Fiscal

Não há membros do Conselho Fiscal com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Comitês

Há membros dos Comitês que também têm remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social 31.12.2011

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	5.007.406	7.607.420	240.009	12.854.835
Benefícios diretos e indiretos	264.020	950.000	N/A	1.214.020
Participação em Comitês	3.603.072	N/A	N/A	3.603.072
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				
Bônus	2.657.392	N/A	N/A	2.657.392
Participação nos resultados	N/A	8.725.353	N/A	8.725.353
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessaç�o do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em a�oes	N/A	8.964.352	N/A	8.964.352
Total da remunera�o	11.531.890	26.247.125	240.009	38.019.024

Exercício social 31.12.2010

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	4.399.928	6.736.562	240.009	11.376.499
Benefícios diretos e indiretos	264.020	927.913	N/A	1.191.933
Participação em Comitês	3.603.072	N/A	N/A	3.603.072
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				
Bônus	6.168.391	N/A	N/A	6.168.391
Participação nos resultados	N/A	6.872.160	N/A	6.872.160
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	8.373.813	N/A	8.373.813
Total da remuneração	14.435.411	22.910.448	240.009	37.585.868

Exercício social encerrado em 31.12.2009

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	4.399.928	6.388.121	240.009	11.028.057
Benefícios diretos e indiretos	201.837	833.257	N/A	1.035.094
Participação em Comitês	2.824.512	N/A	N/A	2.824.512
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				
Bônus	3.773.187	N/A	N/A	3.773.187
Participação nos resultados	N/A	6.910.884	N/A	6.910.884
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	10.287.473	N/A	10.287.473
Total da remuneração	11.199.464	24.419.735	240.009	35.859.208

Nota: Valores das tabelas do item 13.2 não consideram encargos sociais e trabalhistas e, para remuneração variável, foram dimensionados pelo atendimento às metas definidas no ano.

13.3 Remuneração variável do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social 31.12.2011

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.657.392	N/A	N/A	2.657.392
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.657.392	N/A	N/A	2.657.392
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	2.657.392	N/A	N/A	2.657.392
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	8.725.353	N/A	8.725.353
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	8.725.353	N/A	8.725.353
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 31.12.2010

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.875.000	N/A	N/A	2.875.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração	5.748.500	N/A	N/A	5.748.500
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	5.748.500	N/A	N/A	5.748.500
Valor efetivamente reconhecido	6.168.389	N/A	N/A	6.168.389
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	9.146.565	N/A	9.146.565
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.494.982	N/A	5.494.582
Valor efetivamente reconhecido	N/A	6.720.421	N/A	6.720.421

Exercício social encerrado em 31.12.2009

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.321.279	N/A	N/A	2.321.279
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.642.558	N/A	N/A	4.642.558
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	4.642.558	N/A	N/A	4.642.558
Valor efetivamente reconhecido	3.773.187	N/A	N/A	3.773.187
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	9.156.250	N/A	9.156.250
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.494.982	N/A	5.494.982
Valor efetivamente reconhecido	N/A	6.910.885	N/A	6.910.885

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Para seus principais executivos e membros chave entre os colaboradores, a Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia, com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de “ações fantasma” a esses executivos (beneficiários), a serem definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Anualmente, o Comitê de Gestão estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de “ações fantasma” aos seus executivos.

Adicionalmente a este plano, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe “A” da Companhia a determinados executivos. Em 10 de agosto de 2009 e 11 de agosto de 2010 (data da outorga), o Conselho de Administração, por meio de Comissão Especial formada para este fim, aprovou o Regulamento e Contratos do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O plano estabelece condições gerais para a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações preferenciais classe “A” de sua emissão a executivos, administradores e colaboradores (beneficiários), a serem definidos em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo estatuto social e Conselho de Administração da Companhia.

b. principais objetivos do plano

Os Programas de Incentivo de Longo Prazo em phantom shares e o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe "A" são sistemas criados com o objetivo de:

- i) alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;
- ii) fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;
- iii) permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e
- iv) estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para Executivos elegíveis.

c. forma como o plano contribui para estes objetivos

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia, definidos anualmente pelo Comitê de Gestão.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários. Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários frente a este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (ações fantasma e opções de compra de ações preferenciais classe "A") alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho e dependem da análise do Comitê de Gestão, incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a conseqüente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de vesting para as ações fantasmas, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo. Já para as opções de compra de ações preferenciais classe "A", a Companhia as outorga em prazos futuros, com base no preço de outorga, que, por sua vez, é mais baixo que o valor da ação no momento da sua concessão, de modo que ao beneficiário interesse trabalhar a valorização da empresa, buscando uma diferença maior entre o preço de aquisição na data da outorga e o preço justo das ações da Companhia no exercício da opção. Adicionalmente, o plano de opção de compra de ações adotado pela Companhia impõe um período de restrição para transferência das ações, o que também atua para que o beneficiário tenha interesse em focar em ações de gestão sustentáveis no longo prazo.

A título exemplificativo, alguns dos indicadores adotados pelo Comitê de Gestão para a concessão do programa de remuneração baseada em ações são a relação EBITDA e dívida líquida, o valor econômico agregado e o incremento do valor da empresa.

f. número máximo de ações abrangidas

A determinação das quantidades de "ações fantasma" a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões. As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão em relação ao nível de atendimento

dos indicadores corporativos; iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela Companhia. São então outorgadas quantidades de “ações fantasma” a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões. Para os programas de 2004 a 2006 havia limitação de valorização das “ações fantasma” em 120% do valor de outorga. Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Já para o plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações (opções de compra de ações preferenciais classe “A”), as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como, deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria. Durante o período de carência para exercício das Opções, é vedada ao Beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções.

h. condições de aquisição das ações

O regulamento determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das “ações fantasma” (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme inciso (iii) do item 13.4(f) acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, quando aplicável, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as “ações fantasma” que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das “ações fantasma”, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das “ações fantasma”; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas “ações” fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as “ações fantasma” somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

Para o plano de opções de compra de ações preferenciais classe “A”, as condições de aquisição e não-aquisição são: i) no caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, foram definidos prazos de carência (período de aquisição, definido em 13.4 (j) abaixo), durante os quais os beneficiários poderão exercer sua opção, total ou parcialmente.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício, correspondente a cada “ação fantasma” (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

$Pe = [VMA + (DIV+JCP)] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original, o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 50% a 125%, quando aplicável.

Para o plano de opções de compra de ações preferenciais classe "A" da Companhia, a determinação do preço segue o seguinte cálculo:

O preço, correspondente a cada ação preferencial classe "A" (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer parcial ou totalmente sua opção é calculado da seguinte forma:

$Pe = Pb \times (1+WACC)^{t/252} - (D+JCP) \times (1+WACC)^{t/252}$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

Pb = preço base fixado em R\$ 14,56 por opção para o programa 1 e R\$ 15,53 por opção para o programa 2.

WAAC = custo médio ponderado de capital da Companhia, a ser calculado pela média dos WACC atribuídos à Companhia pelos analistas de mercado de quatro instituições financeiras renomadas. O primeiro reajuste será aplicado em 1º de junho de 2010, com base na média dos WACC atribuídos à Companhia no mês imediatamente anterior (maio de 2010); as variações seguintes serão calculadas a cada período de 12 meses, ou "pro rata temporis" se o exercício da opção se der antes de completado o período de 12 meses subsequente.

D+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período em questão.

Se, quando aplicável, (i) na data de exercício das opções a diferença entre o preço de exercício e o preço unitário das Ações Preferências Classe "A" de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo na data de início de cada período de carência for inferior a R\$ 8,00 ou (ii) o Beneficiário declarar que não quer exercer a opção total ou parcialmente, a Companhia efetuará um pagamento extraordinário ("Pagamento Extraordinário") ao Beneficiário no valor correspondente à seguinte fórmula:

$Pex = VR - ((PM \times Q) - (Pe \times Q))$

Pex = Pagamento extraordinário

VR = Valor de Referência, que é calculado por (R\$8,00 x Qtde. Opções da série não exercidas pelo beneficiário)

PM = Preço de Mercado, corresponde ao preço unitário das ações de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo no início de cada período de carência

Q = Quantidade de opções da série não exercidas pelo beneficiário

Pe = Preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia. Assim, as "ações fantasma" somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

O plano de opção de compra de ações preferências classe "A" da Companhia, segue os seguintes prazos:

Programa	Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
Programa 1	1ª. data de exercício: de 01/06/2010 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
	2ª. data de exercício: de 01/06/2011 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
	3ª. data de exercício: de 01/06/2012 a 31/12/2012	Saldo remanescente de ações ou 75% do total de ações sob opção
Programa 2	1ª. data de exercício: de 01/08/2013 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	2ª. data de exercício: de 01/08/2014 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	3ª. data de exercício: de 01/08/2015 a 31/12/2015	Saldo remanescente de ações ou 60% do total de ações sob opção

k. forma de liquidação

Para as “ações fantasma”, a liquidação se dá em folha de pagamento a favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições. Para as opções de compra de ação classe “A”, a Companhia poderá, até os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, utilizar-se (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria, para a entrega das ações. Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação, ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas opções. Ainda conforme o regulamento do plano, a liquidação, obedecendo as condições definidas, poderá se dar pelo pagamento em moeda corrente com a obrigação de compra de ações da Companhia em mercado e retenção pelo período de carência. Em 31 de dezembro de 2010, havia 4.154 mil ações preferenciais em tesouraria disponíveis para servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

l. restrições a transferência das ações

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as “ações fantasma” somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga. Não há para este programa, a concessão de ações da Companhia.

Adicionalmente, para certos executivos, a Companhia estabeleceu outro programa de incentivo de longo prazo. As condições para pagamento de compensação a tais beneficiários ocorrem no mês de janeiro de cada ano, se o valor de mercado da Companhia superar o maior valor de mercado observado nos meses de janeiro dos três últimos exercícios passados. O valor da compensação paga aos executivos é função do incremento do valor de mercado das preferenciais em relação ao mês de janeiro do exercício anterior, e é pago no mês de março subsequente. O valor de mercado das ações preferenciais da Companhia é estabelecido mediante a multiplicação da cotação média da ação preferencial, apurada com base nos últimos 90 pregões, e a quantidade total das ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2010, o limite máximo de compensações a serem pagas de 2009 a 2011, por este plano, para o conjunto dos executivos incluídos, era de US\$ 141 mil.

O programa prevê que tais compensações sejam integralmente destinadas pelos beneficiários mediante a aquisição, no mercado aberto, de ações preferenciais da Companhia, e a manutenção dessas ações em custódia indisponível em percentuais e períodos variáveis ao longo do tempo, tendo como prazo final o exercício de 2011.

A alienação dessas ações pelo beneficiário, fora dos prazos especificados, implica indenização à Companhia pelo valor total transacionado acrescido de multa de 1% ao mês. Na hipótese de demissão sem justa causa, por parte da Companhia, o beneficiário poderá alienar a totalidade de suas ações sem as limitações de prazo e percentual de retenção.

Para o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe “A”, a restrição para a transferência das ações se dá durante o período de carência, definido no item 13.4 (j) acima (período de aquisição).

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de dissolução ou liquidação da Companhia, os beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe “A”, poderão exercer suas opções que já possam ser exercidas no período compreendido entre a data da convocação da assembléia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as opções serão extintas, da mesma forma que este Regulamento e os respectivos Contratos de Adesão.

O plano de opção de compra de ações preferenciais classe “A” da Companhia, assim como o Plano de Incentivo de Longo prazo em phantom shares, poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Comitê de Gestão da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Conforme mencionado no item 13.4(h) acima, com relação às “ações fantasma”: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme explicado acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, quando aplicável, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as “ações fantasma” que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das “ações fantasma”, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das “ações fantasma”.

Para o plano de opções de compra de ações preferenciais classe “A”: i) no caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Quantidade de ações detidas direta mente de emissão da Companhia	36.481.980	653.589	14.402	37.149.771

Nota: Nenhum dos administradores da Companhia detém diretamente ações ou cotas em controladas ou empresas sob controle comum do emissor. A sua participação nestas empresas dá-se somente de forma indireta, através das ações detidas por estes na Companhia, a qual por sua vez, detém participação nestas sociedades.

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

AÇÕES FANTASMA

Exercício social corrente (posição em março 2011)

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	9	3	20
data de outorga	mar/06 mai/07 mar/08 ago/08 mar/09 set/09 mar/10 mar/11	N/A	N/A	N/A

quantidade de opções outorgadas	mar/06 - 10.965 mai/07 - 31.328 mar/08 - 588.837 mar/09 - 109.167 set/09 - 46.889 ago/08 - 7.197 mar/10 - 63.177 mar/11 - 135.947	N/A	N/A	933.507
prazo para que as opções se tornem exercíveis	mar/09 - 10.965 mar/10 - 285.089 set/10 - 31.328 mar/11 - 250.326 mar/12 - 135.878 set/12 - 46.889 mar/13 - 89.888 set/14 - 7.197 mar/14 - 135.947	N/A	N/A	933.507
prazo máximo para exercício das opções	mar/12 - 10.965 mar/10 - 285.089 mar/11 - 190.936 set/13 - 31.328 mar/14 - 59.390 mar/15 - 135.878 set/15 - 46.889 mar/16 - 89.888 set/14 - 7.197 mar/17 - 135.947	N/A	N/A	933.507
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	15,26	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	mar/06 - 10,03 mai/07 - 23,38 mar/08 - 34,74 mar/08 - 43,38 ago/08 - 34,74 mar/09 - 15,11 set/09 - 15,11 mar/10 - 23,86 mar/11 - 14,91	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

ACÇÕES FANTASMA

Exercício social encerrado em 31/12/10

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	9	3	20
data de outorga	mar/06 mai/07 mar/08 ago/08 mar/09 set/09 mar/10	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	mar/06 - 10.965 mai/07 - 31.328 mar/08 - 588.837 mar/09 - 109.167 set/09 - 46.889 ago/08 - 7.197 mar/10 - 63.177	N/A	N/A	857.560
prazo para que as opções se tornem exercíveis	mar/09 - 10.965 mar/10 - 285.089 set/10 - 31.328 mar/11 - 250.326 mar/12 - 135.878 set/12 - 46.889 mar/13 - 89.888 set/14 - 7.197	N/A	N/A	857.560
prazo máximo para exercício das opções	mar/12 - 10.965 mar/10 - 285.089 mar/11 - 190.936 set/13 - 31.328 mar/14 - 59.390 mar/15 - 135.878 set/15 - 46.889 mar/16 - 89.888 set/14 - 7.197	N/A	N/A	857.560
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	15,61	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	16,10	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	15,49	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

valor justo das opções na data da outorga	mar/06 - 10,03 mai/07 - 23,38 mar/08 - 34,74 mar/08 - 43,38 ago/08 - 34,74 mar/09 - 15,11 set/09 - 15,11 mar/10 - 23,86	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "A"

PROGRAMA 1

Exercício social corrente (posição em março 2011)

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
<u>número de membros</u>	8	9	3	20
data de outorga	10/8/2009			
quantidade de opções outorgadas	500.000	N/A	N/A	N/A
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2010, 01/06/2011, 01/06/2012	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2012	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações ⁽¹⁾	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	10,7	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	8,00	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	11,36	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,19%	N/A	N/A	N/A

Nota:⁽¹⁾ Para as opções exercidas o prazo de restrição é de 12 meses. Se o beneficiário optar pelo exercício em moeda corrente, o prazo passa a ser de 24 meses a partir do exercício.

OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "A"

PROGRAMA 2

<u>Exercício social corrente (posição em março 2011)</u>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
<u>número de membros</u>	8	9	3	20
data de outorga	11/8/2010			
quantidade de opções outorgadas	600.000	N/A	N/A	N/A
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/08/2013, 01/08/2014, 01/08/2015	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2015	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações ⁽¹⁾	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	NA	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	5,97	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,15%	N/A	N/A	N/A

OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "A"

PROGRAMA 1

Exercício social encerrado em 31/12/10

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
número de membros	8	9	3	20
data de outorga	10/8/2009			
quantidade de opções outorgadas	400.000	N/A	N/A	N/A
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2010, 01/06/2011, 01/06/2012	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2012	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações ⁽¹⁾	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	10,7	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	11,36	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,19%	N/A	N/A	N/A

Nota:

⁽¹⁾ Para as opções exercidas o prazo de restrição é de 12 meses. Se o beneficiário optar pelo exercício em moeda corrente, o prazo passa a ser de 24 meses a partir do exercício.

OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "A"

PROGRAMA 2

Exercício social encerrado em 31/12/10

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
número de membros	8	9	3	20
data de outorga	11/8/2010			
quantidade de opções outorgadas	600.000	N/A	N/A	N/A
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/08/2013, 01/08/2014, 01/08/2015	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2015	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações ⁽¹⁾	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	NA	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	5,97	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,15%	N/A	N/A	N/A

ACÇÕES FANTASMA

Exercício social encerrado em 31.12.2009

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	9	3	20
data de outorga	mar/06 mai/07 mar/08 ago/08 mar/09 set/09	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	mar/06 - 10.965 mai/07 - 31.328 mar/08 - 588.837 mar/09 - 109.167 set/09 - 46.889 ago/08 - 7.197	N/A	N/A	794.383
prazo para que as opções se tornem exercíveis	mar/09 - 10.965 mar/10 - 285.089 set/10 - 31.328 mar/11 - 250.326 mar/12 - 135.878 set/12 - 46.889 mar/13 - 26.711 set/14 - 7.197	N/A	N/A	794.383
prazo máximo para exercício das opções	mar/12 - 10.965 mar/10 - 285.089 mar/11 - 190.936 set/13 - 31.328 mar/14 - 59.390 mar/15 - 135.878 set/15 - 46.889 mar/16 - 26.711 set/14 - 7.197	N/A	N/A	794.383
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	18,07	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

valor justo das opções na data da outorga	mar/06 - 10,03 mai/07 - 23,38 mar/08 - 34,74 mar/08 - 43,38 ago/08 - 34,74 mar/09 - 15,11 set/09 - 15,11	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "A"

<u>Exercício social encerrado em 31.12.2009</u>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	9	3	20
data de outorga	10/8/2009			
quantidade de opções outorgadas	400.000	N/A	N/A	N/A
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2010, 01/06/2011, 01/06/2012	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2012	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	10,7	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	11,36	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,19%	N/A	N/A	N/A

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

AÇÕES FANTASMA

<u>Exercício social encerrado em</u> <u>31.12.2010</u>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de Membros	8	9	3	20
Em relação às opções ainda não exercíveis:	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	498.641	N/A	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	set/10 - 25.770 mar/11 - 250.326 mar/12 - 135.878 set/12 - 46.889 mar/13 - 26.711 set/14 - 7.197	N/A	N/A	492.771
Prazo máximo para exercício das opções	mar/13 - 5.314 mar/11 - 190.936 set/13 - 25.770 mar/14 - 59.390 mar/15 - 135.878 set/15 - 46.889 mar/16 - 26.711 set/14 - 7.197	N/A	N/A	492.771
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	15,61	N/A	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis				
Quantidade	25.770	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	Set/13	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	15,61	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	15,61	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	402.270	N/A	N/A	N/A

OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "A"

PROGRAMA 1

<u>Exercício social encerrado em</u> <u>31.12.2010</u>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de Membros	8	9	3	20
Em relação às opções ainda não exercíveis:	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	500.000	N/A	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	01/06/2010, 01/06/2011, 01/06/2012	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2012	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	10,7	N/A	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

PROGRAMA 2

<u>Exercício social encerrado em</u> <u>31.12.2010</u>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de Membros	8	9	3	20
Em relação às opções ainda não exercíveis:	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	600.000	N/A	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	01/08/2013, 01/08/2014, 01/08/2015	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2015	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	5,29	N/A	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A

Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no último exercício social:

Exercício social encerrado em 31.12.2010

	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Em relação às opções exercidas:				
Número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação às ações entregues:				
Número de ações	N/A	63.177	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	23,86	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	-	N/A	N/A

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Para a determinação do valor justo das “ações fantasma”, a Companhia definiu conforme modelo de cálculo do programa, a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5 de cada exercício, multiplicado pelo TRS de 125%, quando aplicável.

Para o programa ILP 2007, devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação, definida na política do programa vigente em dezembro de 2007, para a determinação do valor justo destas “ações fantasma” e também para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe “A”, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de Bjerksund & Stensland, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores		
	Ações "fantasma"	Opções	
		Programa I	Programa II
Preço do ativo base (1)	R\$ 15,61 / ação	R\$ 17,56 / ação	R\$ 16,05 / ação
Expectativa de volatilidade (2)	25,77% a.a.	43,26% a.a.	42,27% a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções (3)	3,21 anos	2,29 anos	4,91 anos
Expectativa de dividendos (4)	2,93% a.a.		
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 12,12%		

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 90 observações de retornos;

(3) A expectativa de vida média das "ações fantasma" e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8	9	3	20
Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	N/A
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	3.293.239	N/A	-

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	1.047.767	N/A	-
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	-

13.11 Valores da maior e menor remuneração individual, para o último exercício social, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juízo 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5 ao Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro, instituição à qual alguns dos Administradores da Companhia são associados.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2009
Diretoria Estatutária	
Conselho de Administração	57,26%
Conselho Fiscal	
TOTAL	57,26%

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2010	Exercício social encerrado em 31.12.2009	Exercício social encerrado em 31.12.2008
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de Administração	596.886	613.279	1.159.547
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	596.886	613.279	1.159.547

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2010
Diretoria Estatutária	--
Conselho de Administração ⁽¹⁾	8.573.518
Conselho Fiscal	-
TOTAL ⁽²⁾	8.573.518

Nota:

⁽¹⁾ Remuneração recebida a título de honorários por participação em Conselhos de Administração e por integrarem a Diretoria de controladoras do emissor. As sociedades que arcaram com a remuneração demonstrada são Suzano Holding S.A. e IPLF Holding S.A.

⁽²⁾ Não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

PROPOSTA DE REFORMA ESTATUTÁRIA

- 1) alteração do “caput” e do § 1º do artigo 5º: homologação do aumento de capital deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/01/2011, bem como o proporcional ajuste do capital autorizado em ações preferenciais classe A;
- 2) alteração do artigo 13: modificação da competência para instalação da Assembleia Geral;
- 3) exclusão do § 3º do artigo 24: a estrutura atual de cargos da Companhia não mais contempla a existência de Diretor Adjunto e
- 4) alteração do § 2º do artigo 28: inclusão de outorga de poderes para substabelecimento no contencioso administrativo.

As alterações propostas não resultam em qualquer efeito jurídico ou econômico para a Companhia e/ou para qualquer parte a ela relacionada.

Artigos do Estatuto Social contendo, em destaque, as alterações propostas

REDAÇÃO ATUAL	NOVA REDAÇÃO
<p>Art 5º - O capital social subscrito é R\$ 2.466.659.118,32 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, cento e dezoito reais e trinta e dois centavos), dividido em 393.103.120 (trezentos e noventa e três milhões, cento e três mil, cento e vinte) ações, sem valor nominal, das quais 134.776.890 (cento e trinta e quatro milhões, setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e noventa) são ordinárias, nominativas, 256.400.131 (duzentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos mil, cento e trinta e um) são preferenciais classe “A” e 1.926.099 (um milhão, novecentos e vinte e seis mil e noventa e nove) são preferenciais classe “B”, ambas escriturais.</p>	<p>Art. 5º - O capital social subscrito é R\$ <u>2.685.182.767,36</u> (dois bilhões, seiscentos e oitenta e cinco milhões, cento e oitenta e dois mil reais, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos) dividido em <u>408.892.401</u> (quatrocentas e oito milhões, oitocentas e noventa e duas mil, quatrocentas e uma) ações, sem valor nominal, das quais <u>140.039.904</u> (cento e quarenta milhões, trinta e nove mil, novecentas e quatro) são ordinárias, nominativas, <u>266.926.398</u> (duzentas e sessenta e seis milhões, novecentas e vinte e seis mil, trezentas e noventa e oito) são preferenciais classe “A” e 1.926.099 (um milhão, novecentas e vinte e seis mil e noventa e nove) são ações preferenciais classe “B”, ambas escriturais.</p>
<p>Art 5º, § 1º - Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 266.553.780 (duzentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, setecentos e oitenta) ações preferenciais classe “A” e 3.000.000 (três milhões)</p>	<p>Art 5º, § 1º - Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de <u>277.079.808</u> (duzentas e setenta e sete milhões, setenta e nove mil, oitocentas e oito) ações preferenciais classe “A” e 3.000.000 (três milhões) ações preferenciais</p>

<p>ações preferenciais classe “B”, todas exclusivamente escriturais.</p>	<p>classe “B”, todas exclusivamente escriturais.</p>
<p>Art. 13 - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por qualquer dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, e, em seguida, os acionistas elegerão o Presidente da Assembleia Geral, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. A Assembleia Geral também poderá ser instalada pelo Diretor Executivo de Relações com Investidores.</p>	<p>Art. 13 - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, por qualquer dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração, pelo Diretor Presidente <u>ou pelo Diretor Executivo de Relações com Investidores</u>, e, em seguida, os acionistas elegerão o Presidente da Assembleia Geral, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. <u>A Assembleia Geral também poderá ser instalada por um procurador, nomeado por ato de delegação específico pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.</u></p>
<p>Art. 24, § 3º - Ouvido, previamente, o Comitê de Gestão, poderá a Diretoria, em reunião, nomear, com título de Diretor Adjunto, pessoas para dirigir ou gerenciar setores ou áreas, não implicando tal procedimento em delegação de poderes que, por lei ou pelo presente estatuto, sejam privativos dos Diretores eleitos, nem lhes atribuindo, assim, a condição de membro de qualquer órgão estatutário.</p>	<p>Excluir.</p>
<p>Art. 28, § 2º - Não serão outorgados poderes para substabelecimento, salvo para fins judiciais, quando o substabelecimento será admitido com cláusula de reserva de iguais poderes ao substabelecente.</p>	<p>Art. 28, § 2º - Não serão outorgados poderes para substabelecimento, salvo para fins judiciais <u>e representação no contencioso administrativo com órgãos da Administração Pública</u>, quando o substabelecimento será admitido com cláusula de reserva de iguais poderes ao substabelecente.</p>

INFORMAÇÕES DO ANEXO 14 – AUMENTO DE CAPITAL

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

A homologação de aumento do capital social ora proposta será no montante de R\$ 218.523.649,04, elevando-o de R\$ 2.466.659.118,32 para R\$ 2.685.182.767,36.

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

A homologação do aumento de capital se dá em virtude da conversão de debêntures da 4ª emissão da Companhia em ações, ocorrida em 01/12/2010. Referida emissão de debêntures foi autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 06/07/2006.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

A homologação de aumento de capital social se dá em virtude da solicitação de conversão de 70.959 debêntures da 1ª série e 141.919 debêntures da 2ª série da 4ª emissão de debêntures da Companhia, ao preço de R\$ 13,84 cada uma. Do ponto de vista econômico, a conversão de debêntures em ações resulta na transformação de uma dívida da Companhia para capital social, não resultando em qualquer outro efeito jurídico.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

Não aplicável.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações, fornecer as informações requeridas na regulamentação

Não aplicável.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas, fornecer as informações requeridas na regulamentação

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição: (a) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe e (b) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Em decorrência da conversão de debêntures em ações, foram emitidas 5.263.014 ações ordinárias e 10.526.267 ações preferenciais classe "A". Todas as ações emitidas possuem e possuirão os mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente e no futuro à respectiva espécie e classe, participando *pro rata temporis* dos resultados relativos ao exercício social em que foram emitidas.